

As informações declaradas pelo agente público neste questionário possuem Fé Pública e constituem registros administrativos Sistema Único de Assistência Social. O fornecimento de informações inverídicas sujeita o agente responsável a sanções administrativas, civis e penais.



CENSO SUAS 2014

MANUAL GESTÃO ESTADUAL Secretarias Estaduais de Assistência Social

RECOMENDAMOS A LEITURA DO MANUAL PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O questionário eletrônico da GESTÃO ESTADUAL deverá ser preenchido pelas Secretarias Estaduais de Assistência Social no período de **06 de outubro a 28 de novembro**.

Os questionários devem sempre ser preenchidos primeiramente em papel. Dessa maneira, assegure-se que no momento de inserir os dados no sistema eletrônico todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis. Caso o estado tenha alguma dúvida e/ou necessite de algum apoio ou esclarecimento deverá entrar em contato com o MDS por meio do e-mail vigilanciasocial@mds.gov.br, ou pelos telefones 61 2030-3133 ou 61 2030-3215, ou ainda pelo 0800 707 2003.

O questionário em papel, assinado pelo agente público responsável pelas informações prestadas, deverá ser arquivado pelos estados. Para envio das informações ao MDS, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas>. O MDS recebe as informações do Censo SUAS exclusivamente pelo sistema eletrônico.

Senha de Acesso para preenchimento do questionário eletrônico

Para preenchimento do questionário eletrônico do CENSO SUAS 2014 os responsáveis necessitarão utilizar o *login* e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, devendo possuir o perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.estado). Problemas relativos à senha de acesso poderão ser solucionados, exclusivamente, pelo telefone 0800 707 2003.

Antes da apresentação das questões do Censo SUAS 2014 – GESTÃO ESTADUAL faz-se necessário incluir um pequeno tutorial sobre o acesso ao sistema de preenchimento do Censo SUAS 2014.

Passo 1 – Digite o endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas> na barra de endereços do navegador de sua preferência (Internet Explorer, Mozilla Firefox, etc.).

Será exibida a página inicial do Censo SUAS 2014, a qual contém algumas orientações sobre o acesso ao sistema.

Passo 2 – os responsáveis necessitarão utilizar o login e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, devendo possuir o perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.estado).

Passo 3 – Selecione o questionário GESTÃO ESTADUAL e, em seguida, clique em Preencher Questionário e inicie o registro das informações.

Para demais dúvidas, sugestões de conteúdo e melhora do questionário/manual, encaminhar email para vigilanciasocial@mds.gov.br.

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

Nome que identifica o Órgão Gestor:

O nome que identifica o órgão gestor é a denominação atribuída à Secretaria de Estado a fim de melhor identificá-la. Ex. Secretaria Estadual de Assistência Social. **ATENÇÃO!** Evitar abreviações.

Selecione o tipo de Logradouro (avenida, rua, etc):

Informar a identificação do endereço (ex. rua, avenida, praça, quadra, etc.) onde se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere.

Endereço e Número:

Informar o nome da rua, avenida, praça, quadra, etc. e em seguida o número do local onde se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere. **ATENÇÃO!** Evitar abreviações

Complemento:

O complemento se refere a alguma informação adicional relativa ao endereço que seja importante informar para melhor localização. **ATENÇÃO!** Caso não possua nenhuma informação adicional, deixar o item em branco. Evitar abreviações.

Bairro:

Informe o bairro, sem abreviações, no qual está situado a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere.

Ponto de Referência:

Ponto de referência é um ponto conhecido/estratégico (ex: igreja, comércio, praça, etc) que pode facilitar encontrar o endereço mais facilmente. Ex. Secretaria situada na Praça da Igreja da Matriz.

CEP:

Informe o Código de Endereçamento Postal da Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere, no seguinte formato nn.nnn-xxx (70.788-090, por exemplo).

Município:

Informe o município no qual está situada a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere.

UF:

Selecione a unidade da federação na qual se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere.

E-mail:

Informe o endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere. Se a Secretaria não possuir um endereço eletrônico, informe o e-mail do Governo de Estado. O e-mail informado deve ser institucional. Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.

DDD – Telefone: |_|_|- |_|_|_|_|_|_|_|_| **Ramal:** |_|_|_|_|

Informe o número do telefone da Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congênere, no seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone com 08 (oito) dígitos e ramal se houver. Por exemplo: (61) 3433-4444 ramal 238.

Fax: |_|_|_|_|_|_|_|_|

Informe o número do FAX da Secretaria Estadual de Assistência, ou congênere, se houver, no seguinte formato: número com 08 (oito) dígitos. Por exemplo: 3433-8888.

BLOCO 2 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1. De acordo com a estrutura administrativa do estado a Secretaria Estadual da Assistência Social caracteriza-se como: *(resposta única)*

Para responder este item considere as definições abaixo:

Sobre a gestão da assistência social, considere a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme CF/88, LOAS/93, PNAS/2004 e normativas consoantes.

Secretaria estadual exclusiva da área de Assistência Social *(pule para a questão 3)*

Refere-se ao órgão gestor que coordena, formula e executa exclusivamente a política de assistência social, não sendo responsável pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, nem associada, nem subordinada à outra política setorial. Portanto, o órgão gestor estadual trata isoladamente da assistência social.

Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais.

Refere-se ao órgão gestor que é responsável pela coordenação, formulação e execução da política de assistência social bem como de outras políticas, tais como trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, entre outras. Para marcar esta opção o respondente deve avaliar se o órgão gestor da assistência social do Estado atua com outra política setorial (por exemplo: trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, direitos humanos), mas não está subordinado a esta política. Ambos os setores de governo atuam em conjunto, mas não subordinados um ao outro.

Fundação Pública *(pule para a questão 3).*

O órgão gestor é uma fundação pública, ou órgão da administração indireta do estado. As fundações públicas são órgãos da administração indireta, com personalidade jurídica, vinculadas ao poder público. São criadas por meio de lei específica e regulamentadas por decreto do executivo. As fundações públicas possuem autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, ainda que sob a forma de prestação de serviço.

Setor subordinado a outra secretaria.

O órgão gestor da assistência social compõe de forma subordinada a estrutura organizacional de outra Secretaria, sendo, por exemplo, uma Subsecretaria, ou Departamento, etc. Nesta opção deve-se levar em conta se o órgão gestor da assistência social tem "status" ou não de Secretaria. Se o órgão gestor da assistência social não possui "status" de Secretaria e atua em conjunto com outra política setorial, por exemplo, educação, saúde, habitação, de forma subordinada deve ser marcada esta opção. Portanto, marcar esta opção quando o órgão gestor da assistência social é parte da estrutura organizacional do Estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a uma secretaria diversa da assistência social.

2. A que secretaria ou setor a assistência social está associada ou subordinada? *(admite múltiplas respostas)*

Educação. Planejamento. Saúde. Habitação. Segurança Alimentar.
 Trabalho. Direitos Humanos. Outra. Qual? _____.

Informar a qual secretaria/pasta ou setor o órgão gestor da assistência social está vinculado ou subordinado. Caso a secretaria esteja responsável pela formulação e execução de mais de uma política ou setor além da assistência social ou se a Secretaria é uma Subsecretaria ou Departamento de outro setor público.

3. Indique se as áreas abaixo estão constituídas como subdivisões administrativas (superintendência, departamentos, gerências, coordenações, etc.) na estrutura do órgão gestor? *(resposta única por linha)*

De acordo com as áreas listadas abaixo, informar se as mesmas compõem subdivisões administrativas na estrutura formal do órgão gestor (superintendência, departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc.) constituídas em instrumento normativo (tais como, lei, decreto, portaria ou congêneres) que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Sim, na estrutura formal do órgão gestor:

Refere-se à existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (superintendência, departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc.), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como: lei, decreto, portaria ou congêneres que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Sim, de maneira informal

Refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc., mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma.

Não constituída.

Não existe no órgão gestor o setor administrativo/técnico que esteja responsável especificamente por aquela área em questão.

Áreas de Serviços e Benefícios	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Proteção Social Básica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proteção Social Especial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão de Benefícios Assistenciais (Benefícios Eventuais e BPC)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Áreas ligadas à Gestão	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Gestão do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vigilância Socioassistencial (Inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Regulação do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão Financeira e Orçamentária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

BLOCO 3 – GESTÃO DO SUAS**4. Existe Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS?**

Sim

Refere-se à existência de Lei estadual regulamentadora do SUAS.

Não (pule para a questão 8)

Assinalar esta alternativa caso não exista Lei Estadual de regulamentação do SUAS.

5. De que ano é a Lei?

_____|

Informar em que ano, no formato “aaaa”, ocorreu a criação da Lei Estadual de regulamentação do SUAS.

6. Qual o número da(s) Lei(s)?

_____ | **(campo texto)**

Informar o número da Lei estadual de regulamentação do SUAS.

7. Informe o conteúdo previsto na Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS? (admite múltiplas respostas)

De acordo com o conteúdo da Lei Estadual que regulamentou o SUAS no estado, assinale aqueles itens presentes em seu conteúdo.

- Conceituação da assistência social;
- Funções da assistência social (Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Defesa de Direitos);
- Princípios pelos quais a Assistência Social é regida;
- Diretrizes para organização da Assistência Social;
- Organização da assistência social por níveis de Proteção Social;
- Conceituação e Objetivos do SUAS;
- Público destinatário do SUAS;
- Previsão do financiamento dos serviços
- Previsão do financiamento dos programas e projetos
- Previsão do financiamento dos benefícios socioassistenciais
- Especificação do órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social;
- Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social;
- Especificação e conceituação dos equipamentos públicos estatais CRAS e CREAS;
- Especificação e conceituação dos serviços socioassistenciais;
- Especificação e conceituação dos benefícios eventuais.
- Criação do Conselho Estadual de Assistência Social
- Criação do Fundo Estadual de Assistência Social
- Instituição do Plano Estadual de Assistência Social
- Outros. Qual? _____

8. Existe Projeto de Lei para regulamentação do Sistema Único da Assistência Social no Estado? (resposta única)

Caso não haja Lei Estadual de regulamentação do SUAS, informe se existe Projeto de Lei para regulamentação, e a fase em que o Projeto se encontra:

- Sim, em elaboração pela SEAS
- Sim, em processo de validação e debate pela SEAS
- Sim, já em tramitação no legislativo
- Sim, já aprovado, em fase final de promulgação e divulgação
- Não

9. O Estado possui Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS): (resposta única).

Para responder a pergunta, considere a seguinte definição:

O plano de assistência social consiste em um instrumento de planejamento estratégico que norteia a execução da PNAS/2004, cuja elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, com a devida aprovação do Conselho de Assistência Social, e contém os objetivos gerais e específicos, as diretrizes e prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e fontes de financiamento, a cobertura da rede prestadora de serviços, os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Sim

Refere-se à existência do Plano Estadual de Assistência Social com aprovação do Conselho de Assistência Social.

Não possui (pule para a questão 13)

Indica que a Secretaria de Estado da Assistência Social ou congêneres não elaborou o Plano Estadual de Assistência Social.

10. Com que frequência o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) é atualizado? (resposta única).

Indique qual a periodicidade de revisão do Plano Estadual, ou seja, se essa revisão é feita todo ano, a cada 2 anos, a cada 4 anos ou mais.

Se a revisão do Plano Estadual é feita 2 ou mais vezes por ano, por exemplo semestralmente, marque a primeira opção "mais de uma vez por ano".

Mais de uma vez por ano.

Anualmente.

Bienalmente.

De quatro em quatro anos.

Mais de quatro anos.

11. Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) com a respectiva aprovação pelo CEAS?

_____|_____|_____|_____|.

Informar em que ano, no formato "aaaa", o órgão gestor realizou a última revisão do Plano Estadual de Assistência e o submeteu à aprovação do CEAS.

12. Quais dos itens abaixo estão no Plano Estadual de Assistência Social (PEAS)? (admite múltiplas respostas)

Indique quais dos itens abaixo constam no Plano Estadual de Assistência Social

Diagnóstico socioterritorial da demanda e oferta de serviços

Marque essa opção se há Diagnóstico socioterritorial da demanda e oferta de serviços no PEAS.

De acordo com a NOB SUAS 2012, o Diagnóstico Socioterritorial "*tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades.*

A realização de diagnóstico socioterritorial requer:

I - processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios (...)

II - identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários;

III – reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social.

IV – utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações."

Prioridades e metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS

Marque essa opção se o item Prioridades e metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS está presente no PEAS.

O Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito federal é regulamentado pela Resolução nº 5/06 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), alterada pela Resolução nº 3/07 da CIT e pela Portaria nº 350/07 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ele é o compromisso entre o MDS e os órgãos gestores da assistência social dos estados e do Distrito Federal, que tem como objetivo o fortalecimento desses órgãos para o pleno exercício da gestão do SUAS, do Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais, no seu âmbito de competência.

As metas são estabelecidas nas Conferências Nacionais e Estaduais de Assistência Social, respeitando o princípio da gradualidade que fundamenta o SUAS; o estágio de organização da gestão e da implementação do respectivo Sistema Estadual de Assistência Social; as prioridades nacionais para aprimoramento da gestão estadual do Suas, pactuadas no âmbito da CIT e deliberadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); as prioridades estaduais para aprimoramento da gestão do Suas, pactuadas no âmbito das respectivas Comissões Intergestores Bipartites (CIBs).

Deliberações das Conferências de Assistência Social

Marque essa opção se as Deliberações das Conferências de Assistência Social (Nacional e Estadual) estão presentes no PEAS.

Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários.

Marque essa opção se no PEAS constam os Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários para a Política de Assistência Social e a execução do PEAS.

Indicadores de monitoramento e avaliação

Marque essa opção se no PEAS estão presentes indicadores de monitoramento e avaliação das ações, programas, serviços e benefícios.

Prazo para revisão do PEAS

Marque essa opção se consta no PEAS o prazo para revisão do Plano.

Estratégias para apoio técnico aos municípios

Marque essa opção se consta no PEAS a definição de estratégias para apoio técnico aos municípios

BLOCO 4 – GESTÃO DO TRABALHO

13. A Secretaria Estadual da Assistência Social tem Mesa de Negociação Permanente do SUAS, instalada em seu âmbito?

A NOB-RH/SUAS estabelece que órgãos gestores federal, estaduais e municipais devem instituir uma mesa de negociação permanente entre gestores, prestadores de serviços, trabalhadores da área da assistência do setor público e privado.

A Mesa de Negociação deve ser constituída com o objetivo de discutir, negociar e definir ações para promover melhorias nas relações e condições de trabalho para os profissionais da rede socioassistencial.

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social instituiu a Mesa de Negociação Permanente do Suas em seu âmbito.

Não (pule para a questão 15)

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não instituiu a Mesa de Negociação Permanente do SUAS em seu âmbito.

14. Ano de instalação da Mesa de Negociação Permanente do SUAS em seu âmbito?

Indique o ano de realização das primeiras reuniões da Mesa de Negociação Permanente já constituída como tal pelo órgão gestor estadual.

||_|_| (aaaa).

15. Os servidores do órgão gestor de assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)?

A NOB-RH/SUAS sugere que o órgão gestor i) nomeie comissão paritária entre governo e representantes dos trabalhadores para a discussão e elaboração do respectivo Plano de Carreira, Cargos e Salários; ii) encaminhe projeto de lei de criação do respectivo Plano de Carreira, Cargos e Salários ao Poder Legislativo e; iii) garantir o cofinanciamento para a implementação da gestão do trabalho para o SUAS, especialmente para a implementação de PCCS.

Indique se os servidores do órgão gestor estadual da assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Em alguns casos, pode ocorrer que uma parte dos servidores possua PCCS, enquanto outros permanecem vinculados a outra carreira ou forma de contratação, sem PCCS.

- Sim, para a totalidade dos servidores
- Sim, para a maioria dos servidores
- Sim, para a metade dos servidores
- Sim, para a minoria dos servidores
- Não (*pule para a questão 18*)

16. O plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores do órgão gestor da assistência social (PCCS) pertence a qual órgão do estado?

Os servidores do órgão gestor da assistência social podem pertencer à carreira específica da assistência social no Estado, a carreiras vinculadas à secretaria de planejamento, ou vinculados diretamente ao governo, de forma centralizada. Indique a qual órgão pertence o PCCS dos servidores do órgão gestor da assistência.

- Do próprio órgão gestor da Assistência Social
- Centralizado no governo
- Do órgão responsável pelo planejamento
- De outro órgão. Qual? _____

17. Qual o ano da última atualização deste PCCS?

Indique o ano da última revisão do PCCS que culminou em alteração na legislação referente ao Plano.

____ (aaaa).

Atenção! Para responder as questões 18 a 21 considere as instruções abaixo:

As Secretarias Estaduais que são responsáveis pela gestão de outras políticas públicas, além da Política de Assistência Social, devem computar da seguinte maneira a quantidade de trabalhadores:

- trabalhadores que exercem exclusivamente funções/atividades ligadas à Assistência Social, mais;
- trabalhadores cujas funções/atividades estão ligadas tanto à assistência social como a outras políticas geridas pela Secretaria (Por exemplo: trabalhadores de áreas administrativas, financeiras ou contábeis que dão apoio ao conjunto de atividades das diversas políticas geridas pela Secretaria).

NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem funções/atividades ligadas exclusivamente a outras políticas públicas geridas pela Secretaria

NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem suas atividades em instituições de internação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado.

18. Considerando APENAS os trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual da Assistência Social (e nas administrações regionais, caso existam), indique o quantitativo de trabalhadores de acordo com o vínculo e escolaridade. *Atenção! NÃO considere no quadro abaixo os trabalhadores que estão lotados nas Unidades Públicas que ofertam serviços socioassistenciais. Caso não possua, insira "0" (zero).*

Indique a quantidade de profissionais, funcionários e servidores que trabalham na Secretaria Estadual da Assistência Social, considerando os setores administrativos, área de gestão, mas SEM CONSIDERAR aqueles lotados nas unidades públicas que prestam serviços socioassistenciais.

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive aqueles trabalhadores em férias ou licença.

ATENÇÃO! Caso a Secretaria de Assistência Social do Estado atue em conjunto com outro setor governamental, deve-se contar os trabalhadores que atuam EXCLUSIVAMENTE na assistência social e aqueles que atuam em áreas COMUNS aos dois setores (Ex. Setor de Pessoal, Setor Financeiro, Setor Contábil, etc.). Os trabalhadores que atuam exclusivamente para o outro setor NÃO devem ser contados.

Tipo de Vínculo por Escolaridade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	□□□□□	□□□□□	□□□□□	□□□□□
Celetistas	□□□□□	□□□□□	□□□□□	□□□□□
Somente Comissionados	□□□□□	□□□□□	□□□□□	□□□□□
Outros Vínculos	□□□□□	□□□□□	□□□□□	□□□□□
Total	□□□□□	□□□□□	□□□□□	□□□□□

- **Escolaridade**

Ensino Fundamental

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

Ensino Médio

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

Ensino Superior

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

Total

Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Estadual de Assistência Social informados nas linhas e nas colunas anteriores. Assim, informe conforme a escolaridade (linha), ou seja, quantos possuem ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e o vínculo (coluna), quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos o órgão gestor possui.

Exemplo:

Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado 36 de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

Tipo de Vínculo por formação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	_ _ _0_ _4_	_ _ _0_ _7_	_ _ _1_ _0_	_ _ _2_ _1_
Celetistas	_ _ _0_ _3_	_ _ _0_ _6_	_ _ _0_ _9_	_ _ _1_ _8_
Somente Comissionados	_ _ _0_ _1_	_ _ _0_ _5_	_ _ _0_ _8_	_ _ _1_ _4_
Outros Vínculos	_ _ _0_ _1_	_ _ _0_ _2_	_ _ _0_ _2_	_ _ _0_ _5_
Total	_ _ _0_ _9_	_ _ _2_ _0_	_ _ _2_ _9_	_ _ _5_ _8_

19. Especifique o TOTAL de trabalhadores da Secretaria Estadual de Assistência Social (Sede + Serviços) de acordo com o vínculo e escolaridade *Atenção! Para o quadro abaixo devem ser somados os trabalhadores lotados na sede do órgão gestor, relatados na questão anterior, e os trabalhadores que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais. Caso não possua, insira "0" (zero).*

Indique a quantidade de profissionais, funcionários e servidores que trabalham na Secretaria Estadual da Assistência Social, considerando os setores administrativos e área de gestão e **considerando aqueles lotados nas unidades públicas que prestam serviços socioassistenciais.**

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive aqueles trabalhadores em férias ou licença.

Tipo de Vínculo por Escolaridade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _
Celetistas	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _
Somente Comissionados	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _
Outros Vínculos	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _
Total	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _

- **Escolaridade**

Ensino Fundamental

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

Ensino Médio

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

Ensino Superior

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

Total

Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Estadual de Assistência Social informados nas linhas e nas colunas anteriores. Assim, informe conforme a escolaridade (linha), ou seja, quantos possuem ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e o vínculo (coluna), quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos o órgão gestor possui.

Exemplo:

Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove

(09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

Tipo de Vínculo por formação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total	20. D o s t r a
Estatutários	_ _ _ 0_ 4_	_ _ _ 0_ 7_	_ _ _ 1_ 0_	_ _ _ 2_ 1_	
Celetistas	_ _ _ 0_ 3_	_ _ _ 0_ 6_	_ _ _ 0_ 9_	_ _ _ 1_ 8_	
Somente Comissionados	_ _ _ 0_ 1_	_ _ _ 0_ 5_	_ _ _ 0_ 8_	_ _ _ 1_ 4_	
Outros Vínculos	_ _ _ 0_ 1_	_ _ _ 0_ 2_	_ _ _ 0_ 2_	_ _ _ 0_ 5_	
Total	_ _ _ 0_ 9_	_ _ _ 2_ 0_	_ _ _ 2_ 9_	_ _ _ 5_ 8_	

balhadores de nível superior da Assistência Social, indique a quantidade de profissionais segundo as áreas de formação abaixo listadas:

Informe a quantidade de profissionais de nível superior da Secretaria Estadual de Assistência Social, de acordo com cada área de formação listada abaixo. **Caso não possua trabalhadores de uma determinada formação, insira “0” (zero).**

ATENÇÃO: Somente devem ser contados os trabalhadores que concluíram o ensino superior. A soma de trabalhadores de Ensino Superior na questão 19 deve ser igual ou superior à soma de trabalhadores em todas as categorias de formação.

Exemplo: na coluna “ensino superior” do exemplo da questão 19, utilizado acima, a soma totaliza 20 trabalhadores de ensino superior na secretaria. Assim, nesta questão 21 devem ser apontados dentre os 20 trabalhadores de ensino superior quantos são das formações listadas.

Atenção! Se dentre os trabalhadores existirem algum (uns) cujas formações não estejam listadas abaixo, não informa-los nesta questão 20.

- | | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| 56a) _ _ _ _ Assistente Social | 56f) _ _ _ _ Antropólogo (a) | 56j) _ _ _ _ Administrador (a) |
| 56b) _ _ _ _ Psicólogo (a) | 56g) _ _ _ _ Sociólogo (a) | 56k) _ _ _ _ Economista |
| 56c) _ _ _ _ Pedagogo (a) | 56h) _ _ _ _ Terapeuta Ocupacional | 56l) _ _ _ _ Economista Doméstico |
| 56d) _ _ _ _ Advogado (a) | 56i) _ _ _ _ Contador (a) | 56m) _ _ _ _ Estatístico |
| 56e) _ _ _ _ Musicoterapeuta | | |

21. Dos trabalhadores de nível MÉDIO da Assistência Social (sede e unidades públicas), indique a quantidade de profissionais segundo principal área de atuação, conforme Resolução CNAS nº9/2014: *Atenção! Cada trabalhador deve ser contabilizado uma única vez. Se o trabalhador exerce mais de uma função, escolher a principal. Caso não possua, insira “0” (zero).*

Indique a principal área de atuação dos trabalhadores de nível médio.

_ _ _ Cuidador Social	Atividades: apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária; apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos; apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer; apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas; desenvolver atividades recreativas e lúdicas; apoiar famílias que possuem, dentre os seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivência familiar; desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais; de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas; atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora; potencializar a convivência familiar e comunitária; estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares; contribuir para a melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência; (extraído da Resolução CNAS nº9/2014)
---------------------------	--

<p>_____ Orientador Social ou Educador Social</p>	<p>Atividades: desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; (extraído da Resolução CNAS nº9/2014)</p>
<p>_____ Funções administrativas</p>	<p>Atividades: desempenhar atividades de apoio à gestão administrativa; apoiar nas áreas de recursos humanos, administração, compras e logística; sistematizar, organizar e prestar informações sobre as ações da assistência social a gestores, entidades e, ou, organizações de assistência social, trabalhadores, usuários e público em geral; recepcionar e agendar atendimento e entrevistas para as ações próprias dos serviços socioassistenciais e para inserção dos usuários no CadÚnico; organizar, catalogar, processar e conservar documentos, cumprindo todo o procedimento administrativo necessário, inclusive em relação aos formulários do CadÚnico, prontuários, protocolos, dentre outros; controlar estoque e patrimônio; apoiar na organização e no processamento dos convênios, contratos, acordos ou ajustes com as entidades e, ou, organizações de assistência social. (extraído da Resolução CNAS nº9/2014)</p>
<p>_____ Funções de gestão financeira e orçamentária</p>	<p>Atividades: desempenhar atividades de apoio à gestão financeira e orçamentária do SUAS; organizar documentos e efetuar sua classificação contábil, sob orientação de contador; levantar junto a cada unidade e serviço a demanda/necessidades por materiais e serviços de terceiros; apoiar na elaboração de informações sobre atos e fatos administrativos e movimentação financeira do órgão e unidade socioassistencial; apoiar na função de lançamento contábil, de conciliar contas e preenchimento de guias e de solicitações; apoiar na realização de empenhos de acordo com o orçamento anual da assistência social; apoiar na movimentação financeira dos fundos de assistência Social, na elaboração de fluxos de caixa e programação financeira; auxiliar na captação de dados necessários à elaboração de relatórios da situação econômica-financeira da Secretaria e na construção dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e plano de assistência social; organizar, classificar, registrar, tramitar e arquivar documentos de execução contábil, financeira e fiscal, em função do seu conteúdo e das normas vigentes; apoiar no preenchimento do plano de ação e na elaboração dos demonstrativos de execução orçamentária e financeira para fins de monitoramento e controle (extraído da Resolução CNAS nº9/2014)</p>
<p>_____ Funções de gestão da informação, monitoramento, avaliação, vigilância socioassistencial, de benefícios, transferência de renda e CadÚnico</p>	<p>Atividades: desempenhar atividades de apoio à gestão no âmbito das secretarias de assistência social ou nas Unidades do SUAS, conforme o caso, para a gestão e o provimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC, do Programa Bolsa Família e dos benefícios eventuais; operar sistemas de informações e aplicativos do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS, do Sistema do CadÚnico e os demais sistemas e cadastros relacionados à gestão dos benefícios e transferência de renda; apoiar nas atividades de diagnóstico socioterritorial, planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e do CadÚnico, por meio da produção, sistematização e análise de informações territorializadas; apoiar a equipe de referência na orientação e encaminhamento dos usuários relativos a cadastros, serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e demais políticas públicas; realizar entrevistas com usuários para inserção de dados no Cadastro Único e demais sistemas e cadastros relacionados à gestão dos benefícios e transferência de renda; registrar, transcrever e digitar informações, operando computadores; operar e monitorar sistemas de comunicação em rede; manter atualizadas as informações registradas no CadÚnico e demais cadastros; preparar equipamentos e meios de comunicação; apoiar na segurança operacional por meio de procedimentos específicos. (extraído da Resolução CNAS nº9/2014)</p>

22. No ano de 2013, o Estado realizou concurso público para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio) para a Secretaria Estadual de Assistência Social? Caso “Não” pule as demais questões da linha

Nível de Escolaridade	Realizou Concurso?	Quantidade de Vagas	O concurso já foi homologado?	Data da Homologação do Concurso	Quantidade de trabalhadores que tomaram posse
Nível Superior	_ Sim _ Não	_ _ _	_ Sim _ Não	_ _ / _ _ /2013	_ _ _
Nível Médio	_ Sim _ Não	_ _ _	_ Sim _ Não	_ _ / _ _ /2013	_ _ _

*Se marcar a opção “não”, não responder as demais colunas.

Informar se no ano de 2013 houve concurso público no estado para contratação de trabalhadores para o órgão gestor da assistência social, para cada um dos níveis de escolaridade, médio e superior.

Indique também a quantidade de vagas previstas no concurso, a data de homologação, e a quantidade de trabalhadores que tomaram posse no concurso. Considere apenas os concursos com resultados homologados no período indicado.

Não, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2013. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2013 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas para o cargo de nível superior. Ao preencher esta opção, responda as seguintes:

Quantidade de Vagas. |_|_|_|

Data de Homologação do Concurso |_|_|/|_|_|/2013.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |_|_|_|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

Não, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2013. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2013 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas para cargo de nível médio. Ao preencher esta opção, responda as seguintes:

Quantidade de Vagas. |_|_|_|

Data de Homologação do Concurso |_|_|/|_|_|/2013.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |_|_|_|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

23. A Secretaria Estadual de Assistência Social tem Plano Estadual de Capacitação?

Plano Estadual contendo a previsão das diversas modalidades de capacitação a serem realizadas num determinado período, formatos dos cursos de capacitação, temáticas e o público.

Capacitar é tornar a pessoa habilitada para realizar determinada função. São consideradas ações de capacitação, aquelas que contemplam tanto a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, quanto o desenvolvimento de características comportamentais que contribuam na preparação do servidor público para torná-lo agente e facilitador na prestação de serviços à sociedade e no aprimoramento dos processos. Os eventos de capacitação podem ser realizados nas modalidades: curso, seminário, jornada, simpósio, workshop, congresso, encontro, painel, conferência, fórum e oficina¹.

A capacitação poderá ocorrer de forma presencial, em um espaço físico, como uma sala de aula, auditório e também pode acontecer à distância, por meio de um programa de computador ligado a uma rede ou internet, em que os alunos interagem com o professor, utilizando recursos oferecidos pelo programa, que podem ser email, fórum, bate-papo, imagem, voz e som.

¹ Disponível em:

http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=125&Itemid=192#o%20que%20C3%A9
. Acesso em: Dez/2011

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social possui Plano Estadual de Capacitação

Não (pule para a questão 25).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não possui Plano Estadual de Capacitação.

24. Qual a data da última atualização do Plano Estadual de Capacitação:

Informe a data da última atualização do Plano Estadual de Capacitação.

||/_|_|/_|_|_|_|.

25. No ano de 2013 os trabalhadores da Assistência Social do estado ou dos municípios tiveram acesso a cursos de capacitação?

Informar se os trabalhadores da Assistência Social do estado ou dos municípios participaram de curso(s) de capacitação presencial ou à distância e o número de trabalhadores capacitados no ano de 2012, e indicar qual ente federados (Estadual ou Federal) promoveu o curso.

Participação em Cursos de Capacitação pelos trabalhadores da assistência social	Sim	Não	Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados	Ente(s) federado(s) que promoveu os cursos	
				Gestor Estadual	Gestor Federal
Capacitação <u>presencial</u> para os <u>trabalhadores estaduais</u> da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_ _ _ _ _	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacitação <u>à distância</u> para os <u>trabalhadores estaduais</u> da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_ _ _ _ _	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacitação <u>presencial</u> para os <u>trabalhadores municipais</u> da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_ _ _ _ _	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacitação <u>à distância</u> para os <u>trabalhadores municipais</u> da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_ _ _ _ _	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

BLOCO 5 – APOIO TÉCNICO

26. O planejamento de apoio técnico aos municípios foi pactuado na CIB?

Neste manual, entende-se por **apoio técnico** atividades de assessoria e apoio, envolvendo a produção e distribuição de material técnico; capacitações presenciais, capacitações à distância; assessoramento técnico de forma presencial no município; assessoramento técnico à distância, entre outros, que tenham por objetivo o aprimoramento da gestão e a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.

Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Essas ações devem ser identificadas de modo a permitir que elas sejam executadas de forma adequada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes².

Sim

Marque essa opção caso o Estado possua um plano de apoio que tenha sido pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para os municípios.

² Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-que-e-planejamento/39381/>. Acessado em: Dez/2011.

Não

Marque essa opção caso não haja planejamento de apoio pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

27. As atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios são planejadas anualmente conforme

Indique se as atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios constam em planos ou documentos que sistematizam as ações governamentais a serem adotadas para a assessoria e apoio aos municípios, levando em consideração os seguintes fatores:

As demandas mais incidentes entre os municípios

As metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal do SUAS

Temas ou prioridades pactuadas na CIB

Outro. Qual? _____

Não há planejamento anual das atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios

28. O apoio técnico do Estado aos municípios inclui: (*admite múltiplas respostas*)

Indicar a forma ou os meios utilizados para a realização do apoio técnico e/ou assessoria aos municípios:

Produção e distribuição de material técnico;

Indica que o estado elaborou ou produziu material próprio, que pode ser na modalidade de livros, cadernos, livretos, artigos, áudios, vídeos, entre outros, e distribuiu para os municípios como forma de orientação, apoio, assessoria;

Elaboração de normativas e instruções operacionais para orientação dos municípios;

Indica que o estado elaborou normativas e/ou instruções operacionais (normas básicas, orientações técnicas, entre outros) para orientar o trabalho nos municípios.

Capacitações presenciais;

Modalidade de capacitação que reúne presencialmente os participantes em um mesmo local.

Capacitar é tornar a pessoa habilitada para realizar determinada função. São consideradas ações de capacitação, aquelas que contemplam tanto a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, quanto o desenvolvimento de características comportamentais que contribuam na preparação do servidor público para torná-lo agente e facilitador na prestação de serviços à sociedade e no aprimoramento dos processos. Os eventos de capacitação podem ser realizados nas modalidades: curso, seminário, jornada, simpósio, workshop, congresso, encontro, painel, conferência, fórum e oficina³.

A capacitação poderá ocorrer de forma presencial, em um espaço físico, como uma sala de aula, auditório e também pode acontecer à distância.

Capacitações à distância;

Modalidade de capacitação que permite que os participantes não estejam fisicamente presentes em um ambiente formal de ensino-aprendizagem e possibilita horários de estudo flexíveis. Diz respeito à separação cronológica ou espacial entre professor e aprendiz. A capacitação à distância pode ocorrer por meio de um programa de computador ligado a uma rede ou internet, em que os alunos interagem com o professor, utilizando recursos oferecidos pelo programa, que podem ser email, fórum, bate-papo, imagem, voz e som.

Assessoramento técnico de forma presencial no município;

Diz respeito à assessoria feita com a ida de um ou mais técnicos do estado ao município com objetivo estabelecido.

Assessoramento técnico à distância;

³ Disponível em:

http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=125&Itemid=192#o%20que%20%C3%A9.

Acesso em: Dez/2011.

Diz respeito à assessoria feita por meio de telefone, e-mail, correspondências, e outras formas de contato não presencial.

Outras formas. Especifique:_____.

Indique outras formas de apoio que foram prestados aos municípios que não estão relacionados nesta lista.

29. Quantos municípios do estado receberam visitas técnicas da Secretaria Estadual de Assistência Social no ano de 2013?

Conforme Resolução CIT n.º 08/2010, art 10 que estabelece as responsabilidades dos entes, cabe aos estados realizar visitas de acompanhamento e apoio técnico em todos os municípios que não cumpriram as metas para o período anual encerrado, para aqueles que forem sorteados e sempre que necessário.

Indicar abaixo o número de municípios que receberem visitas técnicas do órgão gestor da assistência social do estado, no ano de 2013.

□□□□

30. Com que frequência os itens abaixo são objeto do apoio técnico realizado pelo Estado aos municípios?
(Resposta única por linha):

Considerando a definição de apoio técnico na questão 81, indique se o estado presta apoio aos municípios e com que frequência, para os temas mencionados abaixo:

Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.): o estado contribuiu para a organização estrutural da Secretaria, elaboração de regimento interno, organograma, formalização de áreas de gestão, etc. Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios do Estado quanto à readequação da estrutura organizacional da assistência social no município, de maneira a contemplar as funções essenciais da Política Nacional de Assistência Social. Tais funções seriam alcançadas primordialmente através da i) estruturação de Secretaria exclusiva para gestão da política e ii) garantia de infraestrutura e recursos humanos adequados (em quantidade e qualidade).

Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social: o estado apoiou a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um plano de assistência social que estabeleça as ações pertinentes àquele território no que tange a oferta e gestão de serviços e benefícios socioassistenciais. Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios do Estado quanto à elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, fazendo com que a proposta esteja em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social.

Elaboração de Relatório de Gestão: o estado apoiou ou prestou assessoria para a elaboração de relatórios de gestão municipal; A partir da publicação da Lei 12.435, de 2011, a Lei Orgânica de Assistência de Social exige em seu Art. 30-C que:

a forma de utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento. (Lei 12.435, de 2011)

Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios quanto à elaboração do Relatório de Gestão previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei 12.435, de 2011.

Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social: o estado apoiou a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, com informações, orientações, ou outras formas de assessoria e apoio técnico; Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um fundo de assistência social com orientação e controle dos

respectivos conselhos de assistência social. O repasse de recursos se dá entre os entes federados através dos fundos de assistência.

O Fundo Municipal é destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para a consecução da política de assistência social. Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios do Estado quanto à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social.

Fortalecimento da Intersectorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social: o estado prestou apoio ou assessoria aos municípios para a articulação da assistência social com outros setores e políticas públicas para garantir a intersectorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas do SUAS;

Fortalecimento do Conselho Municipal: o estado prestou apoio ou assessoria para o fortalecimento do conselho municipal de assistência social; Indique esta opção se a Secretaria orientou os Conselheiros ou Secretaria Executiva no que diz respeito à disseminação de informações sobre a Política da Assistência Social, orientações técnicas sobre os padrões normativos para oferta e financiamento dos serviços socioassistenciais, bem como, no que tange às orientações sobre o papel do Conselho e, ainda, sobre a normativa que regula a dinâmica de funcionamento do Conselho ou qualquer outra ação de mobilização da instância de controle social municipal.

Integração dos Serviços e Benefícios: o estado prestou assessoria aos municípios para o apoio à gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda; Segundo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda, a gestão integrada de serviços e benefícios consiste na articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS e tem como diretrizes:

I - a co-responsabilidade entre os entes federados;

II - as seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social;

III - a centralidade da família no atendimento socioassistencial de forma integral, visando a interrupção de ciclos intergeracionais de pobreza e de violação de direitos.

Em síntese, a integração de serviços e benefícios consiste na criação de estratégias que visem garantir que além da transferência de renda, a população em situação de vulnerabilidade ou risco social também possa acessar outros serviços socioassistenciais (PAIF, PAEFI, etc.), ampliando o alcance das ações do SUAS. Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios do Estado quanto à integração dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Implantação dos serviços socioassistenciais: o estado contribuiu para a adequação da implantação de serviços socioassistenciais nos municípios, com assessoria e apoio técnico; Indique esta opção se a Secretaria orientou a gestão municipal de Assistência Social no que diz respeito à adequação dos serviços sociais que estão sendo ofertados ou em fase de implantação no município às normativas previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e na Norma Operacional Básica do SUAS e Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) ou da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Gestão dos serviços socioassistenciais: o estado prestou apoio técnico ou assessoria aos municípios para a gestão dos serviços socioassistenciais; Indique esta opção se a Secretaria orientou a gestão municipal quanto a gestão dos serviços socioassistenciais no município (planejamento das atividades/ações do serviço; diagnóstico socioterritorial, ações de articulação com a rede da assistência social e com outras políticas setoriais, etc.)

Metodologias de trabalho social com famílias: o estado prestou apoio técnico ou assessoria para a construção e esclarecimentos sobre metodologias de trabalho social com famílias;

Regulamentação dos benefícios eventuais: o estado contribuiu com a regulamentação dos benefícios eventuais nos municípios;

Gestão de benefícios eventuais: o estado contribuiu com a gestão de benefícios eventuais nos municípios;

Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o estado prestou apoio ou assessoria aos municípios para a implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada;

Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico: o estado prestou apoio aos municípios para a gestão do Cadastro Único de Programas Sociais;

Gestão do Programa Bolsa Família: o estado prestou apoio técnico para a gestão do programa Bolsa Família nos municípios,

Gestão do trabalho: o estado prestou apoio ou assessoria para a gestão do trabalho no município;

Metodologias de monitoramento e avaliação: o estado contribuiu para a construção ou esclarecimentos sobre metodologias de monitoramento e avaliação junto com os municípios; Indique esta opção se a Secretaria orientou a gestão municipal quanto à construção de metodologias de monitoramento e avaliação da política de assistência social no município, tais como construção de indicadores, índices e realização de levantamento de dados, estudos e pesquisas, entre outras ações.

Implantação da Vigilância Socioassistencial: o estado prestou apoio ou assessoria para a implantação da Vigilância Social; Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto à implantação de atividades e equipes próprias da vigilância social.

Apoio aos municípios para construção do Plano de Providências: o estado apoiou ou prestou assessoria aos municípios para a construção do Plano de Providências; A Resolução n.º8/2010 define as responsabilidades dos entes federativos, dos Conselhos e das instâncias de pactuação, no processo de acompanhamento da gestão e dos serviços. Em seu Art. 5º a referida Resolução estabelece que:

As ações para a superação de dificuldades dos Estados, Municípios ou Distrito Federal na execução do previsto nas normativas do SUAS e/ou no alcance de metas de pactuações nacionais e indicadores de gestão, objetivam solucionar as falhas identificadas e completar o ciclo das ações de acompanhamento.

§1º Os procedimentos adotados no acompanhamento para superação de falhas identificadas dos entes federados desencadeará fluxo de ações que terão como instrumentos de apoio o plano de providências e em decorrência deste o plano de apoio.

§2º As ações para a superação de dificuldades dos entes federados consiste no planejamento que envolva o gestor local, o Estado e a União na resolução definitiva dos problemas.

E em seu Art. 6º define que:

O Plano de Providências é o instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades dos entes federados na gestão e execução dos serviços socioassistenciais a ser elaborado pelos Estados, Municípios e Distrito Federal com atribuição, dentre outras, de:

- I - identificar as dificuldades apontadas nos relatórios de auditorias, denúncias, no Censo SUAS, entre outros;
- II - definir ações para superação das dificuldades encontradas;
- III - indicar os responsáveis por cada ação e estabelecer prazos para seu cumprimento.

Implantação do Prontuário SUAS: o estado prestou assessoria ou apoio aos municípios na implantação do prontuário SUAS, conforme modelo disponibilizado pelo MDS. O Prontuário SUAS tem como objetivo oferecer aos profissionais dos CRAS e dos CREAS um instrumento que auxilie e oriente a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos. Espera-se que seja capaz de induzir o aprimoramento do processo de trabalho, dando visibilidade às múltiplas dimensões que devem ser consideradas no processo de acompanhamento familiar⁴.

Indique esta opção se o órgão gestor estadual orientou e/ou prestou assessoria aos municípios quanto à implantação do Prontuário SUAS.

Apoio aos municípios para alcance das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS

Conforme estabelece o artigo 23 da NOB-SUAS/2012, o Pacto de Aprimoramento do SUAS é o instrumento pelo qual se materializam as metas e prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução de aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A primeira pactuação das prioridades e metas para os Municípios, conforme estabeleceu a NOB SUAS, foi realizada na 124ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), em 2013, com vigência para o quadriênio de 2014/2017.

⁴ O Prontuário SUAS está disponível para download no sítio do MDS nos seguintes endereços:
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/doc/CAPAPRONTUARIOSUASMDS.pdf>
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/doc/PRONTUARIOSUASMDS.pdf>

Indique esta opção se o estado prestou assessoria/apoio aos municípios para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento.

Ações da Assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública

Indique esta opção se o estado prestou assessoria/apoio aos municípios para o desenvolvimento de ações para lidar com situações de emergência e calamidade pública.

Outros: o estado prestou assessoria ou apoio aos municípios em outros assuntos que não estão relacionados nesta lista.

Itens	Frequência			
	Nunca	Raramente	Frequentemente	Muito Frequentemente
Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elaboração de Relatório de Gestão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fortalecimento da Intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fortalecimento do Conselho Municipal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Integração dos Serviços e Benefícios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implantação dos serviços socioassistenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão dos serviços socioassistenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metodologias de trabalho social com famílias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Regulamentação dos benefícios eventuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão de benefícios eventuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metodologias de monitoramento e avaliação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implantação da Vigilância Socioassistencial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoio aos municípios para construção do Plano de Providências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implantação do Prontuário SUAS				
Apoio aos municípios para alcance das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ações da Assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

BLOCO 7 – GESTÃO FINANCEIRA

31. O Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) tem CNPJ próprio? *(resposta única)*

Para responder este item considere as definições abaixo.

Os Fundos de Assistência Social são fundos especiais de natureza contábil, sem personalidade jurídica, que dependem de autorização legislativa, na forma exigida pelo artigo 167, inciso IX da Constituição Federal. Compõem-se das receitas provenientes de contribuições ou taxas e das dotações orçamentárias específicas, além de doações e

outros ingressos previstos no artigo 3º do Decreto nº 1.605/95. Os fundos especiais são também regulados pelos artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320/64.

Embora vinculados ao órgão gestor da política pública de assistência social, possuem autonomia administrativa e financeira. Assim, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF), os Fundos Estaduais de Assistência Social (FEAS) e os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) são geridos pelos órgãos responsáveis pela assistência social nessas esferas de governo, sob orientação e fiscalização dos respectivos conselhos estaduais e municipais de assistência social.

O CNPJ compreende as informações cadastrais de entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 2º da Instrução Normativa nº 748/07 RFB). Sua administração compete a Receita Federal do Brasil, que registra as informações cadastrais das pessoas jurídicas, as que lhe forem equiparadas, e algumas entidades não caracterizadas como tais. Dentre estas estão os órgãos do Poder Executivo dos Municípios que se constituam em unidades gestoras de orçamento. Portanto, os fundos públicos de natureza meramente contábil são obrigados a se inscrever no CNPJ (art. 11 da Instrução Normativa nº 748/07 RFB).

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da Constituição Federal. Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Sim, como matriz.

Por FEAS cadastrado “como matriz” entende-se aquele diretamente registrado no CNPJ.

Sim, como filial.

O FMAS cadastrado “como filial” é aquele cujo registro principal está em nome do órgão gestor da assistência social e só, acessoriamente, em nome próprio, refletindo, pois, a vinculação deste àquele.

Não possui CNPJ próprio

O não cadastramento implica a inexistência de CNPJ.

O Estado não possui FEAS (pule para a questão 39)

Marque essa opção caso o Estado não possua Fundo Estadual de Assistência Social.

OBS.: Em 14/5/2010 foi publicada a tabela de natureza jurídica 2009 da Comissão de Classificação, que criou códigos distintos para o executivo municipal e para os fundos especiais. Como as regras do CNPJ não permitem que um registro contenha dois códigos de natureza distintos, não é possível mais classificar os fundos como filial. Portanto a partir de 2010 os fundos devem ser registrados com seus CNPJs próprios no código de atividade “120-1” (Fundo Público).

32. O FEAS é uma unidade orçamentária?

Para responder este item considere as definições abaixo.

Segundo o Manual Técnico Orçamentário da União – MTO, Unidades Orçamentárias são as estruturas administrativas responsáveis pelas dotações orçamentárias e pela realização das ações.

Unidade orçamentária, portanto, é o segmento da administração a que o orçamento consigna dotações específicas para realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição.

Sim

Marque “sim” quando já na Lei Orçamentária Anual (LOA) estão previstas dotações orçamentárias (recursos recebidos da União ou próprios) diretamente no FEAS, situação em que ele será unidade orçamentária.

Não

Marque esta opção se a totalidade dos recursos orçamentários (próprios ou recebidos da União) previstos para serem executados pelo FEAS foram na Lei Orçamentária Anual (LOA) consignados ao órgão gestor da assistência social (Secretaria) ou em outro órgão, sendo apenas posteriormente repassados ao FMAS.

33. Quantidade de profissionais exclusivo(s) que trabalham no Fundo Estadual de Assistência Social: *Caso não possua, insira "0" (zero).*

Indique a quantidade de profissionais **exclusivos** que trabalham no FEAS, conforme a escolaridade. Para essa questão, considere apenas aqueles profissionais que trabalham apenas e exclusivamente no FEAS.

profissionais de nível superior

profissionais de nível médio

quantidade total (*nível superior mais nível médio*)

34. O(s) contador(es) responsável(is) pelas contas do Fundo Estadual de Assistência Social está(ão) lotado(s): (*admite múltiplas respostas, exceto se marcar a primeira opção*)

Indique a lotação dos Contadores **responsáveis** pelas contas do Fundo Estadual de Assistência Social.

Se houver mais de um Contador responsável pelas contas do Fundo, marque todas as alternativas que se aplicarem.

Exemplo: *Existem dois contadores responsáveis pelas contas do Fundo, um deles lotado no próprio Fundo, outro na Secretaria de Fazenda. Nesse caso, marque as opções "No próprio Fundo Municipal de Assistência Social" e também a "Em outro órgão/secretaria do governo estadual".*

Para responder a essa questão, considere as seguintes definições:

Contador é o profissional de nível superior, bacharel em Ciências Contábeis, registrado no respectivo Conselho Regional de Contabilidade (Decreto-Lei 9295/46 e alterações posteriores; Resolução CFC nº 1.372/2011;)

Não há contadores responsáveis pelas contas do Fundo Estadual de Assistência Social no município (*siga para a questão 35*)

Marque essa opção se não houver Contadores responsáveis pelas contas do FEAS.

No próprio Fundo Estadual de Assistência Social

Marque essa opção se o contador for lotado no FEAS.

No órgão gestor da Assistência Social

Marque essa opção se o contador for lotado no órgão gestor da Assistência Social

Em outro órgão/secretaria do governo estadual

Marque essa opção se o contador for lotado em outro órgão ou secretaria do governo estadual, exceto se for diretamente vinculado ao governo ou gabinete. Essa opção deve ser marcada se o Contador for lotado na Secretaria de Fazenda, Planejamento, Finanças, outras autarquias, e assim por diante.

Diretamente vinculado ao gabinete do Governador

Marque essa opção se o contador for lotado diretamente no gabinete do Governador, sem estar vinculado a nenhuma secretaria municipal.

Em assessoria externa (entidade privada paga para tal)

Marque essa opção se o contador responsável pelas contas do FEAS for contratado através de assessoria externa ou como profissional liberal autônomo, especificamente para tal fim.

Outro

Marque essa opção se o contador responsável pelas contas do FEAS for lotado e/ou contratado em outra forma/opção que não as descritas acima.

35. Os recursos aplicados na Assistência Social no estado são alocados na unidade Orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social?

Para responder este item considere as definições abaixo.

Embora não exista percentual mínimo para o cofinanciamento da política de assistências social, o parágrafo único do art. 30 da LOAS estabelece a necessidade da comprovação orçamentária dos recursos próprios alocados no respectivo Fundo, como condição legal para o recebimento dos repasses dos recursos federais aos Municípios, Estados e Distrito Federal. Ao determinar a constituição dos Fundos de Assistência Social como Unidade Orçamentária, a NOB objetivou propiciar aos conselhos e à sociedade, condições de verificar e comprovar a execução dos recursos financeiros destinados à política de assistência social. Desta forma, a NOB contribui para a efetivação do comando constitucional de organização da assistência social de forma democrática e participativa.

Entretanto, pode ocorrer que a gestão estadual aloque recursos próprios, sem registrá-los à conta do FEAS. Informe se os recursos próprios são registrados no FEAS.

- Sim, a totalidade dos recursos próprios é registrada no FEAS.
 Sim, a maior parte dos recursos próprios é registrada no FEAS.
 Sim, a metade dos recursos próprios é registrada no FEAS.
 Sim, a menor parte dos recursos próprios é registrada no FEAS.
 Não, os recursos próprios do município não são registrados no FEAS.

36. O ordenador de despesa do FEAS é? (resposta única)

Para responder este item considere as definições abaixo.

Ordenador de despesa é todo e qualquer agente público de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento ou dispêndio de recursos do Estado.

É pessoa investida legalmente de competência para assumir obrigações em nome de ente da Federação.

A ordenação de despesa poderá ser objeto de delegação de competência mediante ato específico. (art. 21, § 2º, LRF).

Informe quem é o ordenador de despesas na esfera estadual.

- O Governador.
 O Secretário (a) Estadual da Assistência Social.
 Outro Funcionário da Secretaria de Assistência Social.
 Secretário ou técnico de outra área.

37. O recurso do IGD-SUAS foi utilizado para: (admite múltipla escolha, exceto se marcar “Não recebeu ou não executou recursos do IGD-SUAS”)

O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS – é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial, no âmbito dos municípios, DF e estados. Conforme os resultados alcançados, a União apoiará financeiramente o aprimoramento da gestão como forma de incentivo.

O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS), regulamentado pelo [Decreto n.º 7.636 de 07 de dezembro de 2011/2011](#), pela [Portaria n.º 337 de 15 de dezembro de 2011](#) e [Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 2012](#).

Trata-se de um índice que varia de 0 (zero) a 1 (um) e mostra a qualidade da gestão do SUAS. Quanto mais próximo de 1 estiver o índice, maior é o valor do apoio financeiro repassado aos entes como forma de incentivo ao aprimoramento da gestão, considerando o teto orçamentário e financeiro. Com base nos resultados apurados, os entes que apresentarem bom desempenho, considerando os critérios das normativas do SUAS, receberão os recursos para investir em atividades voltadas ao aprimoramento da gestão do SUAS.

Os recursos do IGDSUAS são incentivos financeiros destinados a apoiar o aprimoramento da:

- I. Gestão de serviços;
- II. Gestão e organização do SUAS;
- III. Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistenciais;

- IV. Gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família e com o Plano Brasil Sem Miséria;
- V. Gestão do trabalho e educação permanente na assistência social;
- VI. Gestão da informação do SUAS;
- VII. Implementação da vigilância socioassistencial;
- VIII. Apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social, observado o percentual mínimo fixado;
- IX. Gestão financeira dos fundos de assistência social;
- X. Gestão articulada e integrada com os Programas BPC na Escola e BPC Trabalho;
- XI. Gestão e organização da rede de serviços assistenciais; e
- XII. Monitoramento do SUAS;

Informe em quais ações o recurso do IGD-SUAS foi utilizado

- Não recebeu ou não executou recursos do IGD-SUAS (*siga para a questão 38*)
- Contratação de estudos, diagnósticos, pesquisas e demais serviços técnicos especializados
- Capacitações, encontros, seminários e oficinas
- Pagamentos de diárias e passagens
- Campanhas, ações de divulgação e esclarecimento da população
- Desenvolvimento de sistemas informatizados
- Aquisição de equipamentos eletrônicos de informática
- Aquisição de outros equipamentos eletrônicos
- Aquisição de *softwares* (programas de computador)
- Aquisição de materiais de consumo e expediente
- Impressão de materiais
- Reforma de unidades públicas
- Aquisição de mobiliário
- Aquisição de veículos
- Manutenção de veículos
- Apoio técnico e operacional ao Conselho de Assistência Social
- Outros

38. Quais são as principais dificuldades enfrentadas em relação à gestão dos recursos do FEAS? (admita múltiplas respostas)

Informe as principais dificuldades enfrentadas em relação à gestão dos recursos do FMAS. Marque todas as opções que se apliquem.

Não possui dificuldades (*siga para a questão 39*)

Marque essa opção se o órgão gestor/município não enfrenta dificuldades em relação à gestão dos recursos do FMAS.

Gestão centralizada pelo Governador

Marque essa opção se a centralização da gestão dos recursos do FEAS pelo governador for identificada como uma dificuldade enfrentada.

Resistência por parte do administrativo/jurídico para execução dos recursos

Marque essa opção se a resistência por parte dos setores administrativo e jurídico para a execução dos recursos for identificada como uma dificuldade.

Ausência de estrutura física para o FEAS

Marque essa opção se a ausência de estrutura física para o FEAS (ausência de sede, equipamentos, etc.) for identificada como uma dificuldade.

Falta de apoio técnico para operacionalizar os recursos

Marque essa opção se a dificuldade enfrentada for falta de apoio técnico para operacionalizar os recursos.

Dificuldade no entendimento da tipificação dos serviços da Assistência Social

Marque essa opção se houver dificuldade no entendimento da tipificação dos serviços da Assistência Social.

Complexidade na aplicação das normas

Marque essa opção se a dificuldade identificada for a complexidade na aplicação das normas.

Outros. Qual? _____

Marque essa opção se houver outra dificuldade enfrentada. Nesse caso, especifique qual.

39. No ano de 2013, com que frequência o Órgão Gestor Estadual apresentou ao Conselho Estadual de Assistência Social relatório de execução física e financeira das ações de assistência social: *(resposta única)*

O Conselho Estadual de Assistência Social em sua função de acompanhar e avaliar a gestão dos recursos fiscalizará o oferecimento dos serviços socioassistenciais, dos benefícios eventuais, a execução de programas e projetos, as entidades governamentais e não governamentais prestadoras desses serviços, bem como a utilização dos recursos financeiros para este propósito.

Para realizar estas atribuições é essencial que o órgão gestor disponibilize periodicamente relatórios sobre a execução física e a execução financeira no que se refere aos programas e serviços da assistência social.

Indique com que frequência isso ocorre.

Mensalmente.

Bimestralmente.

Semestralmente.

Anualmente.

Não apresentou

BLOCO 7 – APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

40. O estado realiza algum cofinanciamento aos municípios? *(Resposta Única)*.

Existem duas modalidades de transferência de recursos públicos entre os entes federados: a “convenial” (transferências voluntárias) e a “fundo a fundo” (transferências legais, regular e automática).

Indique se o Estado cofinancia os Municípios e a modalidade em que esta transferência se dá.

Sim, fundo-a-fundo.

Sim, por convênio. *(pule para a questão 45)*

Sim, ambos

Não *(pule para a questão 50)*.

41. Existe decreto ou Lei estadual que regulamenta o repasse fundo-a-fundo?

Um fundo público para ser constituído necessariamente precisa de uma autorização legal, decreto ou lei estadual, conforme estabelece o inciso IX, do Art. 167 da Constituição Federal. A pergunta quer identificar se existe alguma regulamentação legal, decreto ou lei estadual, orientadora do repasse de recursos para os fundos municipais, visando o financiamento das ações da assistência social.

Sim

Não

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da [Constituição Federal](#). Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso,

deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica \(CNPJ\)](#), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Outro aspecto de fundamental importância é a contabilidade do fundo, que deve ser feita por meio de contas específicas e com prestação de contas separada do órgão ao qual ele está vinculado (geralmente, as secretarias de assistência social). Instrumentos de gestão como programação financeira, fluxo de caixa e demonstrativos contábeis também devem ser instituídos, a fim de subsidiar a boa aplicação dos recursos e efetivar o controle da execução orçamentária e financeira.

Para o bom funcionamento do fundo, deve-se observar, ainda, instrumentos de planejamento como o [Plano Plurianual \(PPA\)](#), a [Lei de Diretrizes Orçamentárias \(LDO\)](#) e a [Lei Orçamentária Anual \(LOA\)](#). Os subsídios para a execução podem ser encontrados no [Manual Técnico de Orçamento \(MTO\)](#).

42. Como é organizado o cofinanciamento fundo-a-fundo para os serviços socioassistenciais? (Resposta Única)

Se a Secretaria de Estado da Assistência Social ou congênera realiza transferência de recursos a municípios, informe se o cofinanciamento é efetuado especificamente por serviço socioassistencial, por tipo de Proteção ou se é comum a todos os serviços.

Considere apenas o repasse na forma “fundo-a-fundo” (transferências legais, de forma regular e automática).

O cofinanciamento é realizado por serviço socioassistencial (PAIF, PAEFI, entre outros)

O cofinanciamento é realizado por nível de proteção (Proteção Social Básica/Proteção Social Especial - Média ou Alta Complexidade)

O cofinanciamento é comum a todos os serviços socioassistenciais

Outra organização. Qual? _____

43. É permitida a reprogramação do cofinanciamento estadual fundo-a-fundo, por parte dos municípios, dos recursos não utilizados no exercício?

Marque **sim** caso haja possibilidade de reprogramação do cofinanciamento dos recursos não utilizados pelos municípios nas transferências fundo a fundo. Caso não haja possibilidade de reprogramação marque **não**.

Sim

Não

44. Com que frequência, geralmente, é feito o repasse fundo-a-fundo do estado para o município? (Resposta Única)

Identifique qual das opções de temporalidade mais se aproxima da realidade do prazo utilizado para ocorrer o repasse fundo a fundo. Admite-se apenas uma única resposta.

Mensalmente

Bimestralmente

Trimestralmente

Semestralmente

Anualmente

Não possui frequência regular

45. O cofinanciamento realizado é destinado a: (Admite múltiplas respostas)

É possível a utilização de várias respostas simultâneas.

Se a Secretaria de Estado da Assistência Social ou congênera realiza transferência de recursos a municípios, informe a que nível de proteção social se destina esta transferência, considerando o repasse tanto na forma “convenial” (transferências voluntárias), como na forma “fundo-a-fundo” (transferências legais, regular e automática).

Considere serviços socioassistenciais aqueles descritos na Resolução CNAS n.º 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Disponível

em:

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>

Serviço de Proteção Social Básica

Conforme a LOAS, em seu artigo 6ºA, Inciso I, alterado pela Lei 12.435/2011, a Proteção Social Básica é o “conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), a **Proteção Social Básica** é composta pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Básica.

Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Conforme a LOAS, em seu artigo 6ºA, Inciso II, alterado pela Lei 12.435/2011, a Proteção Social Especial é o “conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos”. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), a **Proteção Social Especial de Média Complexidade** é composta pelos seguintes serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), a **Proteção Social Especial de Alta Complexidade** é composta pelos seguintes serviços:

- Serviço de Acolhimento Institucional;
- Serviço de Acolhimento em República;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Benefícios Eventuais

O Decreto n.º 6.307/2007 dispõe que “benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”. O referido Decreto está disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm

Incentivo financeiro para Gestão do SUAS

Marque essa opção caso o Estado realize transferência de recursos a municípios com o objetivo de aprimorar a Gestão do SUAS

46. O cofinanciamento realizado permite pagamento de pessoal (recursos humanos)?

Marque a opção **sim** se o cofinanciamento permite pagamento de pessoal e **não** no caso dessa possibilidade não ser permitida.

Sim

Não

47. No ano de 2013 o estado construiu ou financiou a construção e/ou reforma de unidades municipais da Assistência Social (CRAS/CREAS/etc.)?

Caso o estado tenha diretamente construído e/ou reformado as unidades da assistência social nos municípios marque essa opção:

Sim, houve construção e/ou reforma direta pelo estado de unidades da assistência social nos municípios.

Caso o estado tenha realizado repasse de recursos aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da assistência social marque essa opção:

Sim, houve repasse de recursos aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da assistência social.

Na situação em que o estado **não** construiu ou financiou a construção e/ou reforma de unidades municipais da Assistência Social, marque essa opção:

Não.

48. Especifique as características do cofinanciamento destinado aos Serviços Socioassistenciais: *Caso não possua, insira "0" (zero).*

As respostas serão numéricas e todos os campos deverão ser preenchidos. Caso não haja o que informar deverá ser utilizado o numeral "0" (zero).

Considerando as definições descritas no item 47 aponte o quantitativo, por modalidade de repasse, de municípios cofinanciados pela Secretaria de Estado da Assistência Social.

Atenção! As quantidades totais não precisam ser necessariamente a soma do "quantitativo de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo" e "Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual por meio de convênio". Isto porque 1 (um) município pode receber recursos nas duas modalidades, ou seja simultaneamente. Assim ele entrará como informação de municípios cofinanciados na modalidade fundo-a-fundo e na modalidade "convênial". Porém na quantidade total este município será contado UMA ÚNICA VEZ.

A mesma explicação vale para os níveis de proteção: "Cofinanciamento para Proteção Social Básica"; "Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade"; e/ou "Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade".

Identifique inicialmente a quantidade de municípios com financiamento estadual na primeira coluna, sendo ele realizado por meio de convênio e/ou transferência fundo a fundo. Destes, marque na segunda coluna a quantidade de municípios que recebam o cofinanciamento estadual e na terceira coluna a quantidade de municípios que possuam cofinanciamento por convênio:

Total de Municípios cofinanciados	_ _ _	_ _ _	_ _ _
--	-------	-------	-------

Observe que o total não poderá ser maior que o número de municípios do Estado.

Identifique agora, de acordo com os serviços prestados pelo SUAS, a quantidade de municípios cofinanciados e destes a quantidade de municípios por tipo de cofinanciamento, fundo a fundo ou convenio:

a) Cofinanciamento para Proteção Social Básica.	_ _ _	_ _ _	_ _ _
b) Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade.	_ _ _	_ _ _	_ _ _
c) Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade.	_ _ _	_ _ _	_ _ _

Serviços	Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio
Total de Municípios cofinanciados	_ _ _ 1	_ _ _ 1	_ _ _ 1

Cofinanciamento para Proteção Social Básica.	_ _ _1_	_ _ _1_	_ _ _1_
Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade.	_ _ _1_	_ _ _1_	_ _ _1_
Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade.	_ _ _1_	_ _ _1_	_ _ _1_

O total não pode ser maior que o número de municípios do Estado.

49. Especifique as características do cofinanciamento destinado aos Benefícios Eventuais: *Caso não possua, insira "0" (zero).*

Indique a quantidade de municípios e a modalidades do cofinanciamento dos benefícios eventuais.

O Decreto n.º 6.307/2007 dispõe que “benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.

A LOAS, em seu artigo 13, estabelece como uma das competências estaduais a destinação de “recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio do pagamento de auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social”.

Atenção! As quantidades totais não precisam ser necessariamente a soma do “quantitativo de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo” e “Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual por meio de convênio”. Isto porque 1 (um) município pode receber recursos nas duas modalidades, ou seja simultaneamente. Assim ele entrará como informação de município cofinanciado na modalidade fundo-a-fundo e na modalidade “convênial”. Porém na quantidade total este município será contado UMA ÚNICA VEZ.

A mesma explicação vale para o tipo de benefício eventual concedido “auxílio funeral”, “auxílio natalidade” e/ou “outros”.

Benefícios Eventuais	Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual (fundo-a-fundo convênio). <i>(crítica*)</i>	Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio
Total de Municípios cofinanciados	_ _ _1_	_ _ _1_	_ _ _1_
Auxílio Funeral	_ _ _1_	_ _ _1_	_ _ _1_
Auxílio Natalidade	_ _ _1_	_ _ _1_	_ _ _1_
Outros	_ _ _1_	_ _ _1_	_ _ _1_

**O total não pode ser maior que o número de municípios do Estado.*

BLOCO 8 – SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

50. A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço socioassistencial da Proteção Social Básica?

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual executa nos municípios algum serviço socioassistencial da Proteção Social Básica (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - de 0 a 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e idosos; e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos).

Não *(pule para a questão 52).*

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não executa nenhum serviço nos municípios da Proteção Social Básica (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -

de 0 a 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e idosos; e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos).

51. Existe procedimento de transição deste(s) serviço(s) da proteção social básica para os municípios?
(resposta única)

Atenção! Para informações sobre os Serviços de Proteção Social Básica consultar o documento “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dos-servicos-socioassistenciais>

Sim, para todos os serviços.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual adotou procedimentos para a transferência da execução de todos os serviços da Proteção Social Básica.

Sim, para alguns deles.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual adotou procedimentos para a transferência da execução de alguns serviços da Proteção Social Básica.

Não

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não adotou procedimentos para a transferência da execução dos serviços da Proteção Social Básica para os municípios nos quais executa diretamente os serviços.

52. A Secretaria Estadual de Assistência Social executa *diretamente* algum serviço da proteção social especial de média complexidade?

Atenção! Para informações sobre os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade consultar o documento “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dos-servicos-socioassistenciais>

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual executa diretamente algum serviço de proteção social especial de média complexidade.

Não (pule para a questão 54).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não executa diretamente nenhum serviço de proteção social especial de média complexidade.

53. Caso sim, os serviços de proteção social de média complexidade executados pelo estado estão situados em municípios de qual porte?

No caso da Secretaria Estadual executar diretamente serviços de proteção social de média complexidade, indique os serviços executados, detalhando por porte de municípios e por tipo de serviço.

Classificação dos Municípios segundo Porte:

Pequeno Porte I – até 20.000 habitantes
Pequeno Porte II – entre 20.001 a 50.000 habitantes
Médio Porte – entre 50.001 a 100.000 habitantes
Grande Porte – entre 100.001 a 900.000 habitantes
Metrópoles – acima de 900.000 habitantes

Atenção! Para informações sobre os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade consultar o documento “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dos-servicos-socioassistenciais>

Porte do Município	Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade executado diretamente pelo estado
--------------------	---

	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)		Serviço Especializado em Abordagem Social		Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA* e PSC**		Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias.		Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Pequeno porte I	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pequeno porte II	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Médio porte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Grande porte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metrópole	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

*LA – Liberdade Assistida **PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

54. A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço de proteção especial de alta complexidade?

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual executa diretamente algum serviço de proteção social especial de alta complexidade que seja somente de abrangência municipal.

Não (pule para a questão 56).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não executa diretamente nenhum serviço de proteção social especial de alta complexidade que seja somente de abrangência municipal.

Atenção! Para informações sobre os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade consultar o documento “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dos-servicos-socioassistenciais>

55. Caso sim, os serviços de proteção social de alta complexidade executados pelo estado estão situados em municípios de qual porte?

No caso da Secretaria Estadual executar diretamente serviços de proteção social de alta complexidade, detalhar por serviços e por porte de municípios.

Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Porte do Município									
	Pequeno Porte I		Pequeno Porte II		Médio Porte		Grande Porte		Metrópole	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos):										
• Para crianças e adolescentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Para idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Para pessoas em situação de rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Para pessoas com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Para mulheres vítimas de violência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Unidades de Acolhimento em República:										
• Para jovens (maiores de 18 anos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Para adultos em processo de saída das ruas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Para idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Família Acolhedora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

56. A Secretaria Estadual de Assistência Social possui convênios com entidades para prestação de serviços socioassistenciais? (admite múltiplas respostas, exceto se marcar que não possui convênios).

Não possui convênios celebrados com entidades (*pule para a questão 59*).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não possui nenhum convênio com entidades para prestação de serviços socioassistenciais.

Sim, para serviços de proteção social básica.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação somente de serviços de proteção social básica

Sim, para serviços de proteção social especial de média complexidade.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação somente de serviços de proteção social especial de média complexidade

Sim, para serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação somente de serviços de proteção social especial de alta complexidade

57. Quantidade total de entidades que recebem recurso da Secretaria Estadual de Assistência Social por convênio:

Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênios, da Secretaria Estadual de Assistência Social.

entidades.

58. Destas entidades que recebem recurso da Secretaria por convênio, indique a quantidade por nível de proteção do serviço ofertado: *Caso não possua, insira "0" (zero).*

entidades que prestam serviços de proteção social básica.

Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de serviços de proteção social básica.

entidades que prestam serviços de proteção social especial de média complexidade.

Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de serviços de proteção social especial de média complexidade.

entidades que prestam serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de serviços de proteção social especial de alta complexidade.

59. Nos últimos 12 meses o Estado realizou campanhas ou mobilização para enfrentamento do Trabalho Infantil?

O PETI está estruturado estrategicamente em cinco eixos de atuação: informação e mobilização, com realização de campanhas e audiências públicas; busca ativa e registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; transferência de renda, inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços socioassistenciais e encaminhamento para outras políticas públicas.

Informe se o Estado realizou campanhas ou mobilização para o enfrentamento do trabalho infantil nos últimos doze meses. Campanhas e mobilização compreendem qualquer atividade que vise

Sim Não

BLOCO 9 – REGIONALIZAÇÃO

60. A Secretaria de Estado da Assistência Social possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de proteção social especial no estado? (*resposta única*)

Sim, possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de média complexidade no estado.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual fez um levantamento de quantos e onde estão localizados somente os serviços da proteção social especial de média complexidade (públicos e privados) ofertados no Estado.

Sim, possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de alta complexidade no estado.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual fez um levantamento de quantos e onde estão localizados somente os serviços de proteção social especial de alta complexidade (públicos e privados) ofertados no Estado.

Sim, possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de média e alta complexidade no estado.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual fez um levantamento de quantos e onde estão localizados os serviços de proteção social especial de média E alta complexidade (públicos e privados) ofertados no Estado.

Não possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de proteção social especial no estado.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não fez um levantamento de quantos e onde estão localizados os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade (públicos e privados) prestados no Estado.

61. A Secretaria de Estado da Assistência Social possui diagnóstico da incidência das situações de risco e violações de direito existentes no estado?

O diagnóstico deve identificar a incidência de situações de risco e violação de direitos presentes nas regiões e subsidiar a avaliação e identificação da existência de demandas e prioridades para a implantação de serviços regionais. Poderão ser usados dados da vigilância socioassistencial, do diagnóstico socioterritorial dos municípios e dos sistemas de informações do SUAS, IBGE, entre outros.

Sim

Não

62. Atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de média complexidade? *Atenção! Devem ser considerados como REGIONAIS apenas os Serviços/Unidades que atendam a MAIS de um município, mediante acordo, regulação ou pactuação estabelecida entre o estado e os respectivos municípios.*

Para esta questão, considere as seguintes definições:

Devem ser considerados como Regionais apenas os Serviços/Unidades que atendam a mais de um município, mediante acordo, regulação ou pactuação estabelecida entre o estado e os respectivos municípios.

Serviço/unidade de caráter Regional refere-se à oferta compartilhada e integrada, por mais de um município, de serviços socioassistenciais visando assegurar a cobertura integral de acesso à proteção, sendo orientada por informações relativas à territorialização da demanda. Estes serviços devem ser de oferta ou coordenação estadual.

Caso o município receba usuários de outros municípios, mas não há nenhuma formalização entre os municípios, o serviço/unidade não deve ser contabilizado como regional.

Caso a resposta seja **Não** pule para ao item 65.

Sim

Não (*pule para 65*)

63. Quais serviços de média complexidade de caráter REGIONAL são ofertados no Estado? (*admite múltiplas respostas*).

Respondendo **Sim** na questão 62 marque os serviços de média complexidade de caráter regional previstos no SUAS ofertados pelo estado. Admitem-se múltiplas respostas.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Serviço Especializado em Abordagem Social

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC

- Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias.
 Serviço Especializado para pessoas em situação de rua

64. Caso oferte Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) de caráter REGIONAL, como é, atualmente, a forma de execução destas unidades?

Marque quais os serviços regionalizados são ofertados do PAEFI,:

- Execução direta do serviço pelo governo estadual;
- Repasse de recursos do estado para os municípios-sede;
- Consórcio Público entre o estado e os municípios;
- Consórcio Público entre os municípios.

Marcando **SIM** ou **Não**.

Identifique a quantidade de unidades regionais no estado que ofertam cada serviço. A resposta será numérica e na ocorrência de nenhuma unidade ela deverá ser o numeral "0" zero.

	Forma como se dá a oferta de serviços regionalizados de PAEFI		Quantidade de unidades
Execução direta do serviço pelo governo estadual	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
Repasse de recursos do estado para os municípios-sede	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
Consórcio Público entre o estado e os municípios	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
Consórcio Público entre os municípios	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

65. Atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de alta complexidade? Atenção! Devem ser considerados como REGIONAIS apenas os Serviços/Unidades que atendam a MAIS de um município, mediante acordo, regulação ou pactuação estabelecida entre o estado e os respectivos municípios.

Caso esteja em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter regional de proteção social especial de alta complexidade responda **SIM**, caso não esteja responda **NÃO** e pule para o item 68.

- Sim Não (*pule para 68*)

66. Quais serviços de alta complexidade de caráter REGIONAL são ofertados no Estado? (admite múltiplas respostas).

Se for respondido **SIM** na questão anterior identifique quais os serviços de alta complexidade de caráter regional são ofertados no Estado. Admitem-se muitas respostas.

- Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes
 Unidades de Acolhimento Institucional para idosos
 Unidades de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua
 Unidades de Acolhimento Institucional para pessoas com deficiência
 Unidades de Acolhimento Institucional para mulheres vítimas de violência
 Unidades de Acolhimento em República para jovens (maiores de 18 anos)
 Unidades de Acolhimento em República para adultos em processo de saída das ruas
 Unidades de Acolhimento em República para idosos
 Família Acolhedora

67. Caso oferte Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes e/ou jovens de caráter REGIONAL, como é, atualmente, a forma de execução destas unidades?

Caso oferte Unidades de Acolhimento para crianças e Adolescentes e/ou jovens de caráter regional caracterize quais das formas abaixo ela acontece:

- Execução direta do serviço pelo governo estadual;
- Repasse direto do estado para entidade da rede privada;

- Repasse de recursos do estado para os municípios-sede;
- Consórcio Público entre o estado e os municípios;
- Consórcio Público entre os municípios;

marcando **SIM** ou **Não**.

Identifique a quantidade de unidades regionais no estado que ofertam cada serviço. A resposta será numérica e na ocorrência de nenhuma unidade ela deverá ser o numeral “0” zero.

68. A Secretaria de Estado da Assistência Social possui plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial? Este plano ou proposta foi pactuada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB)? Qual a data da pactuação?

Identifique se a Secretaria de Estado possui plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial para a média complexidade e/ou alta complexidade, marcando a opção **SIM** ou **NÃO** para cada uma delas. Caso venha responder **NÃO** para a média complexidade pule para o **item 68b**. Caso venha responder **NÃO** para o **item 69**. Em ambos serviços, de média e alta complexidade ao responder **SIM** continue.

Continuando a responder o item 68, para o **serviço de média complexidade**, identifique se o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção foi pactuado pela CIB:

- Se **já** foi pactuado continue a responder;
- Se ainda encontra-se em discussão pela CIB, pule para o **item 68b**;
- Se não foi levado ainda para discussão na CIB, vá para o **item 68b**.

Para os **serviços de alta complexidade**, identifique se o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção foi pactuado pela CIB:

- Se **já** foi pactuado continue a responder,
- Se ainda encontra-se em discussão pela CIB ou ainda não foi levado ainda para discussão, pule para o **item 69**;

Atenção! Se “Não” para 68a e 68b simultaneamente, pule para a questão 73. Lembre-se que o questionário fica aberto para preenchimento até o dia 28 de novembro, se precisa fazer alterações nas respostas até esta data, é só acessar novamente o aplicativo online

	Se a Secretaria de Estado possui plano ou proposta de regionalização dos serviços de PSE	Se o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social foi pactuado pela CIB	Se já pactuado, qual a data da última pactuação mm/aaaa
a) Para a média complexidade	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (<i>pule para 68b</i>)	<input type="checkbox"/> Já pactuado na CIB <input type="checkbox"/> Em discussão pela CIB (<i> siga para 68b</i>) <input type="checkbox"/> Não foi levado a CIB (<i> siga para 68b</i>)	<input type="text"/> / <input type="text"/>
b) Para a alta complexidade	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (<i>pule para 69</i>)	<input type="checkbox"/> Já pactuado na CIB <input type="checkbox"/> Em discussão pela CIB (<i> siga para 69</i>) <input type="checkbox"/> Não foi levado a CIB (<i> siga para 69</i>)	<input type="text"/> / <input type="text"/>

69. O plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial abrange todo o território estadual?

Sim

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização prevê a implantação de serviços de proteção social especial em todos os territórios regionais que não possuem cobertura dos serviços desta proteção.

Não

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização não abrange todos os territórios que não possuem cobertura dos serviços desta proteção.

70. Quais foram os parâmetros (ou referências) adotados para o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial no estado? (admite múltiplas respostas).

Número de municípios na região.

Marque essa opção se o número de municípios na região foi adotado como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial

Distância para deslocamento entre os municípios.

Marque essa opção se a distância para deslocamento entre os municípios foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial.

Distribuição territorial da população.

Marque essa opção se a distribuição territorial da população foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial.

Distribuição geográfica da incidência das situações de violação de direitos.

Marque essa opção se a distribuição geográfica da incidência das situações de violações de direitos foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial

Malha Viária (Facilidade de Acesso).

Marque essa opção se a malha viária (facilidade de acesso) foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial

Capacidade instalada dos potenciais municípios-sede.

Marque essa opção se a capacidade instalada, que diz respeito à existência de rede de serviços socioassistenciais, com capacidade de ofertar vagas para atendimento da população de outros municípios além da sua própria população, tais como unidades socioassistenciais de média e alta complexidade (pública e privada) com equipe técnica suficiente e espaço físico adequado, dentre outros requisitos.

Comarcas existentes.

Marque essa opção se a existência de Comarcas⁵ foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial

Outros. Quais? _____.

Marque essa opção se além dos parâmetros elencados, outros foram adotados como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial.

71. O plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial inclui as estratégias para reordenamento de quais unidades REGIONAIS já existentes? *Atenção! Se "Não" na questão 62, pule "a" e "b". Se "Não" na questão 65, pule "c", "d" e "e".*

Marque as respostas às questões "a" e "b" se você marcou **SIM** na questão 62. Caso tenha marcado **NÃO** pule para "c", "d" e "e".

Marque as questões "c", "d" e "e" se você marcou **SIM** na questão 65. Caso tenha marcado **NÃO** pule para a questão seguinte.

Marque a intensidade quantitativa em que a proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial incluiu estratégias de reordenamento das unidades regionais existentes apresentadas nas questões "a", "b", "c", "d", e "e". Essa intensidade quantitativa pode ser caracterizada nas unidades como "todos", "a maioria", "metade", "a minoria", "nenhuma".

Caso não haja aquela unidade regionalizada mencionada na questão, marque na última coluna correspondente.

⁵ No Brasil, é termo jurídico que designa uma divisão territorial específica, que indica os limites territoriais da competência de um determinado [juiz](#) ou Juízo de primeira instância. Assim, pode haver comarcas que coincidam com os limites de um município, ou que os ultrapasse, englobando vários pequenos municípios. Nesse segundo caso, teremos um deles que será a sede da comarca, enquanto que os outros serão distritos deste, somente para fins de organização judiciária. Comarca seria o lugar onde o [juiz de primeiro grau](#) tem competência, o lugar onde exerce sua jurisdição (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Comarca>).

	Todos	A maioria	Metade	A minoria	Nenhum	Não há esta unidade regionalizada no Estado
a) Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Outras Unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Unidades de Acolhimento em República para jovens (maiores de 18 anos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) Outras Unidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

72. No plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial, há previsão de oferta de quantas unidades de proteção social Especial e qual e a forma que se dará a oferta? *Atenção! NOVAS unidades são aquelas que NÃO estão implantadas/funcionamento atualmente, mas cujo plano ou proposta de regionalização visa implantar. Caso não possua, insira "0" (zero).*

Visa identificar a quantidade de unidades de proteção social Especial que ofertarão esses serviços e que estão previstas no plano ou proposta de regionalização. Procura distinguir a unidades que ofertarão os serviços de entre as já existentes e as novas unidades que estão previstas no plano ou na proposta de regionalização para serem criadas. Entende-se como novas unidades àquelas que não estão implantadas ou em funcionamento no momento do preenchimento deste questionário, sendo que se não possuir unidade que se enquadre nessa situação deverá ser preenchido o numeral "0" zero.

As previstas são as seguintes:

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- Outras Unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes;
- Unidades de Acolhimento em República para jovens (maiores de 18 anos);
- Outras Unidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
-

Para cada uma dessa unidade deverá ser marcado a forma em que dará a oferta:

- A quantidade (total) de unidades EXISTENTES de execução direta do Estado que estão no plano e proposta de regionalização.
- A quantidade (total) de NOVAS unidades de execução direta do Estado que estão no plano e proposta de regionalização.
- A quantidade (total) de unidades EXISTENTES nas quais o Estado fará o repasse direto para entidades da rede privada. Nesse caso como o repasse é direto para entidade da rede privada, sendo que não poderá ser informada a quantidade de CREAS e de Unidades de Proteção Especial de Média Complexidade.
- A quantidade (total) de NOVAS unidades nas quais o Estado fará o repasse direto para entidades da rede privada, sendo que não poderá ser informada a quantidade de CREAS e de Unidades de Proteção Especial de Média Complexidade.
- A quantidade (total) de unidades municipais EXISTENTES que terão cofinanciamento estadual segundo o plano ou proposta de regionalização.
- A quantidade (total) de NOVAS unidades que terão cofinanciamento estadual segundo o plano ou proposta de regionalização.

	Total de Unidades de execução direta do Estado que estão na proposta	Total de NOVAS Unidades de execução direta do Estado que estão na proposta	Total de Unidades nas quais o Estado fará o repasse direto para entidade da rede privada	Total de NOVAS Unidades nas quais o Estado fará o repasse direto para entidade da rede privada	Total de Unidades Municipais que terão cofinanciamento estadual segundo a proposta	Total de NOVAS Unidades Municipais que terão cofinanciamento estadual segundo a proposta
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	_ _	_ _			_ _	_ _
Outras Unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade	_ _	_ _			_ _	_ _
Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	_ _	_ _	_ _	_ _	_ _	_ _
Unidades de Acolhimento em República para jovens (maiores de 18 anos)	_ _	_ _	_ _	_ _	_ _	_ _
Outras Unidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	_ _	_ _	_ _	_ _	_ _	_ _

73. Caso deseje prestar informações adicionais sobre a oferta dos serviços de proteção social especial regionalizados, utilize este espaço:

Na ocorrência da possibilidade de contribuir com informações adicionais referente a oferta dos serviços de proteção social especial regionalizados é oferecido um espaço de livre preenchimento:

BLOCO 6 – BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

74. O Governo do Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico)? (Se marcar NÃO pule para a questão 78).

Sim

Marque essa opção se Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico).

Não

Marque essa opção se Estado **NÃO** possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico). **Nesse caso pule para a questão 78 social.**

75. O Programa próprio de transferência de renda do estado está sob gestão do órgão gestor da assistência social?

Sim

Marque essa opção se o Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico) está sob a gestão do órgão gestor da assistência social.

Não

Marque essa opção se o Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico) **NÃO** está sob a gestão do órgão gestor da assistência social.

76. Existe lei estadual que regulamenta o programa de transferência de renda do estado?

Sim

Marque essa opção se existe lei estadual que regulamenta o programa de transferência de renda do estado.

Não

Marque essa opção se **NÃO** existe lei estadual que regulamenta o programa de transferência de renda do estado.

77. O pagamento do benefício do programa próprio de transferência de renda do estado é atrelado ao Programa Bolsa Família?

Sim

Marque essa opção se o pagamento do benefício do programa próprio de transferência de renda do estado é atrelado ao Programa Bolsa Família.

Não

Marque essa opção se pagamento do benefício do programa próprio de transferência de renda do estado **NÃO** é atrelado ao Programa Bolsa Família.

78. O estado realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social? (Se NÃO, pule para a questão 80).

Sim

Marque essa opção se estado realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social.

Não

Marque essa opção se o estado **NÃO** realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social. **Nesse caso pule para a questão 80.**

79. Caso sim, quais são os Benefícios Eventuais concedidos? (admite múltiplas respostas).

Sendo positiva a resposta na **questão 78**, caracterize os Benefícios Eventuais concedidos entre as opções abaixo, podendo marcar mais de uma opção:

Auxílio Funeral

Auxílio Natalidade

Benefício Eventual para situação de calamidade pública.

Caso nenhuma das três opções acima contemple o(s) tipo(s) de Benefício(s) que é/são concedido(s), ainda é possível marcar "Outros" e defini-los nomeando à frente:

Outros. Quais? _____

É possível marcar uma ou mais das opções acima e ainda acrescentar outra(s) após e ao final.

80. Indique as atividades realizadas pela Secretaria no âmbito do Monitoramento, Avaliação ou Vigilância Socioassistencial: (admita múltiplas respostas).

Informar quais atividades de monitoramento, avaliação e vigilância social são realizadas pela Secretaria Estadual de Assistência Social.

- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da oferta de serviços socioassistenciais
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da demanda por serviços socioassistenciais
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à cobertura dos serviços socioassistenciais
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à qualidade da oferta de serviços socioassistenciais
- Produção de análises qualitativas sobre a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à incidência de situações de risco e violação de direitos
- Produção de análises qualitativas sobre a incidência de situações de risco e violação de direitos
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de dados do CADÚnico
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de outras fontes (IBGE, etc.)
- Realização de avaliações de projetos, programas e serviços socioassistenciais
- Realização de análise dos dados do Censo SUAS.
- Realização de análise das informações inseridas pelos municípios no SISC
- Concepção de sistemas de informação
- Desenvolvimento de sistemas de informação
- Identificação de problemas com base em análise de dados
- Identificação de prioridades com base em análise de dados
- Levantamento de informações municipais sobre a gestão e oferta dos serviços socioassistenciais
- Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos municípios
- Apoio aos municípios para preenchimento do CENSO SUAS
- Apoio aos municípios para preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos do CRAS, CREAS e Centro POP
- Gestão local e atualização do CadSUAS – Sistema de Cadastro Nacional do SUAS
- Apoio aos municípios para implantação de ações de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial no nível municipal
- Elaboração ou atualização do diagnóstico socioterritorial do estado
- Outros. Especifique: _____

81. O estado possui profissional(s) exclusivamente dedicado(s) às atividades de Vigilância Socioassistencial?

Atenção! Para responder as questões 81 considere as instruções abaixo:

Segundo a NOB/SUAS 2012, as atividades de monitoramento e avaliação integram o escopo de atividades da Vigilância Socioassistencial, portanto, os profissionais que atuam nestas atividades devem computados como profissionais envolvidos nas atividades de Vigilância Socioassistencial

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social dispõe de profissionais dedicados exclusivamente às atividades de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.

Não

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social **NÃO** dispõe de profissionais dedicados exclusivamente às atividades de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.

82. Caso sim, informe a quantidade de profissionais exclusivo(s) da área de Vigilância Socioassistencial:

Atenção! Para responder as questões 82 considere as instruções abaixo:

Segundo a NOB/SUAS 2012, as atividades de monitoramento e avaliação integram o escopo de atividades da Vigilância Socioassistencial, portanto, os profissionais que atuam nestas atividades devem computados como profissionais envolvidos nas atividades de Vigilância Socioassistencial

Caso não possua, insira "0" (zero).

Informe a quantidade de profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial, detalhando o número de profissionais de nível superior e médio, e a quantidade total (soma do número de profissionais de nível superior e de nível médio)

|| profissionais de nível superior

|| profissionais de nível médio

|| quantidade total (*nível superior mais nível médio*)

83. Quanto à disseminação das informações produzidas pela área Vigilância Socioassistencial, indique os órgãos e unidades para os quais os documentos, relatórios e indicadores são disponibilizados: *(admite múltiplas respostas)*.

Para outros setores da Secretaria

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para outros setores da Secretaria.

Para outros setores do Governo Estadual

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para outros setores do governo estadual.

Para os técnicos/gestores municipais

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para os técnicos/gestores municipais.

Para a rede socioassistencial

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para a rede socioassistencial

Para o Conselho Estadual

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para o conselho estadual de Assistência Social

Para os Conselhos Municipais

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para os conselhos municipais de Assistência Social

Para a Comissão Intergestores Bipartite (CIB)

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para a Comissão Intergestores Bipartite.

84. A Secretaria possui planejamento anual das atividades de Monitoramento?

Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Essas ações devem ser identificadas de modo a permitir que elas sejam executadas de forma adequada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes⁶.

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social realiza planejamento anual das atividades de monitoramento.

Não

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não realiza planejamento anual das atividades de monitoramento.

⁶ Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-que-e-planejamento/39381/>. Acesso em: dez/2011.

85. Em que proporção às ações de monitoramento são executadas a partir de Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT)? (resposta única).

Indique com que frequência as ações de monitoramento são executadas a partir de Resoluções da Comissão de Gestores Tripartite (CIT).

- Muito Frequentemente
 Frequentemente
 Raramente
 Nunca

86. A Secretaria utiliza sistemas de informação informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado? (Se NÃO pule para a questão 88).

ATENÇÃO! Apenas devem ser considerados sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelo estado como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais.

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado

Não (Pule para a questão 88).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado.

87. Os sistemas utilizados permitem: (admite múltiplas respostas).

Registrar situações de violação de direitos

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem registrar a ocorrência de situações de violação de direitos.

Os casos de **Violação de Direitos** são aqueles que são objeto da proteção social especial e caracterizam-se pela ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Registrar repasses de recursos

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem registrar o repasse de recursos.

- Registrar prestações de contas
 Registrar execução física/atendimentos
 Registrar unidades da rede socioassistencial pública
 Registrar unidades da rede socioassistencial privada
 Automatizar a transferência fundo-a-fundo
 Gerir o orçamento
 Outros: _____

BLOCO 11 – APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

88. O orçamento da assistência social no Estado prevê recursos específicos para o CEAS (ou CAS/DF)?

Conforme o art. 16 da LOAS, parágrafo único, “os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)”

Considere para esta questão que recursos específicos são os recursos orçamentários do órgão gestor da assistência social que são reservados e transferidos regularmente ao conselho para sua manutenção e funcionamento.

Sim

Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor estadual da assistência transfere regularmente recursos para o funcionamento do conselho.

Não

Marque esta opção para os casos em que não há transferência de recursos do órgão gestor da assistência social para o Conselho, para sua manutenção.

89. A Secretaria disponibiliza e mantém local específico para o funcionamento do CEAS(ou CAS/DF)?

O órgão gestor da assistência social deve garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do conselho, para suas reuniões, guarda de arquivos, trabalhos das comissões, da secretaria executiva, etc.

Sim

Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor estadual da assistência social disponibiliza e mantém local específico para o funcionamento do CEAS ou CAS-DF.

Não

Esta opção indica que o órgão gestor estadual da assistência social não disponibiliza e/ou mantém local específico para o funcionamento do CEAS ou CAS-DF.

90. A Secretaria fornece regularmente material de consumo para o CEAS(ou CAS/DF)?

Conforme o art. 16 da LOAS, parágrafo único, “os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, (...)”.

O conselho deve contar com materiais de consumo repostos periodicamente para a realização de suas atividades, reuniões, atribuições das comissões e grupos de trabalho.

Sim

Indica que o órgão gestor estadual fornece regularmente materiais de consumo para o CEAS ou CAS-DF.

Não

Indica que o órgão gestor estadual não fornece regularmente materiais de consumo para o CEAS ou CAS-DF.

91. A Secretaria disponibiliza trabalhadores para a Secretaria Executiva do CEAS (ou CAS/DF)?

A NOB SUAS 2012 dispõe que os Conselhos de Assistência Social devem contar com Secretaria Executiva, exercida por profissional de nível superior, e com apoio técnico-administrativo para exercer as funções pertinentes ao seu funcionamento.

Sim

Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize trabalhadores para a Secretaria Executiva do CEAS ou CAS-DF.

Não (Pule para a questão 93)

Significa que o órgão gestor não disponibiliza trabalhadores para a secretaria executiva.

92. Caso sim, quantos?

Indicar quantos trabalhadores são disponibilizados pelo órgão gestor estadual da política de assistência social para composição da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social.

93. A Secretaria fornece ajuda de custo (passagens e diárias) para os conselheiros participarem das reuniões do CEAS (ou CAS/DF) e das Conferências Estaduais? (resposta única).

Conforme o art. 16 da LOAS, parágrafo único, “os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)”

Sim, somente fornece ajuda de custo para participação nas reuniões do CEAS.

Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo (passagens e diárias) apenas para a participação dos conselheiros nas reuniões do CEAS.

Sim, somente fornece ajuda de custo para participação nas conferências estaduais.

Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo apenas para a participação dos conselheiros nas conferências estaduais.

Sim, para ambas.

Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo tanto para a participação em reuniões do CEAS quanto para as Conferências estaduais.

Não.

Indique esta opção caso o órgão gestor não disponibilize ajuda de custo para os conselheiros participarem das reuniões e conferências estaduais.

94. No ano de 2013 o estado realizou/promoveu cursos de capacitação para os conselheiros estaduais ou municipais da assistência social?

Informar se no ano de 2013 os conselheiros da Assistência Social do estado/DF ou dos municípios tiveram acesso a curso(s) de capacitação promovido(s) ou realizado(s) pelo Estado, indicar a modalidade do curso, se presencial ou a distância e o número de conselheiros capacitados. A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação nesse período.

Entende-se por capacitação as atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões.

Exemplo: caso o estado tenha promovido ou realizado capacitações a distância para conselheiros estaduais e municipais e uma capacitação presencial para conselheiros estaduais o quadro ficará da seguinte forma:

Realização de Cursos de Capacitação para Conselheiros	Sim	Não	Qual no número de conselheiros capacitados
Capacitação presencial para os conselheiros estaduais.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_ _ _ _ _1_ _6_
Capacitação à distância para os conselheiros estaduais.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_ _ _ _ _1_ _6_
Capacitação presencial para os conselheiros municipais.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	_ _ _ _ _ _0_
Capacitação à distância para os conselheiros municipais.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_ _ _ _2_ _4_ _0_

BLOCO 12 – COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

95. Indique qual a composição da CIB de acordo com a representação do porte dos municípios e representação estadual: Caso não possua, insira “0” (zero).

Conforme dispõe a NOB SUAS 2012, em seu art. 136, §1º, as CIBs devem contar com representação do estado e dos municípios em seu âmbito, levando em conta o porte dos municípios e sua distribuição regional.

Classificação dos Municípios segundo Porte:

- Pequeno Porte I – até 20.000 habitantes
- Pequeno Porte II – entre 20.001 a 50.000 habitantes
- Médio Porte – entre 50.001 a 100.000 habitantes
- Grande Porte – entre 100.001 a 900.000 habitantes
- Metrópoles – acima de 900.000 habitantes

Ainda de acordo com a NOB SUAS 2012, as CIBs deverão possuir a seguinte composição:

- I - 06 (seis) representantes do Estado e seus respectivos suplentes, indicados pelo gestor estadual da política de assistência social;
- II - 06 (seis) representantes dos Municípios e seus respectivos suplentes, indicados pelo COEGEMAS, observando a representação regional e o porte dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, sendo:
 - a) 02 (dois) representantes de municípios de pequeno porte I;
 - b) 01 (um) representante de municípios de pequeno porte II;
 - c) 01 (um) representante de municípios de médio porte;
 - d) 01 (um) representante de municípios de grande porte; e
 - e) 01 (um) representante da capital do Estado.

Indique a composição da CIB, especificando a quantidade de titulares e suplentes conforme o porte do município.

Representação Estadual e de acordo com o Porte dos Municípios	Representação	
	Quantidade de Titulares	Quantidade de Suplentes
Representantes da Gestão Estadual	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Representantes de Municípios de Pequeno Porte I	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Representantes de Municípios de Pequeno Porte II	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Representantes de Municípios de Médio Porte	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Representantes de Municípios de Grande Porte	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Representantes de Metrópoles/capitais	<input type="text"/>	<input type="text"/>

96. Existe algum critério de representação regional na CIB? (Se NÃO pule para a questão 98)

Sim

Marque essa opção se é adotado algum critério de representação regional na CIB.

Não (Pule para a questão 98).

Marque essa opção se NÃO é adotado algum critério de representação regional na CIB.

97. Se sim, há rotatividade na representação por região do Estado?

Se a sua resposta na questão anterior foi SIM responda se há rotatividade na representação por região:

Sim

Marque essa opção se é adotado alguma rotatividade por região do Estado.

Não

Marque essa opção se NÃO é adotado algum critério de representação regional na CIB

98. Os gestores municipais foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS ou similar)?

Informe se os membros da CIB que representam os municípios foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS, ou similar.

Sim

Marque essa opção caso todos os gestores municipais, membros da CIB, foram indicados pelo COEGEMAS.

Não

Essa opção indica que nem todos ou nenhum dos gestores municipais que compõem a CIB foram indicados pelo COEGEMAS ou similar.

99. A CIB pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual? (Caso marque Não pule para a questão 101)

Sim

Marque essa opção se a CIB pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual.

Não

Marque essa opção se a CIB **NÃO** pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual. **Nesse caso, pule para a questão 101.**

100. Como o calendário de reuniões ordinárias foi divulgado? (admite múltiplas respostas).

Marque a opção(ões) que expressa(m) a divulgação do calendário de reuniões ordinárias da CIB:

Divulgado entre os membros titulares e suplentes da CIB

Divulgado para todos os órgãos gestores

Divulgado para público mais amplo

101. Com qual periodicidade a CIB se reuniu no ano de 2013? (resposta única).

Marque a opção que melhor expressa a periodicidade das reuniões da CIB em 2013:

Mensalmente

Bimestralmente

Trimestralmente

Quadrimestralmente

Semestralmente

Anualmente

Não houve reunião no ano de referência.

102. Quantas reuniões a CIB realizou no ano de 2013?

Marque em algarismo numérico até o número 99 a quantidade de reuniões da CIB realizadas no ano de 2013.

__|__|.

103. Quantas reuniões a CIB realizou no 1º semestre de 2014?

Marque em algarismo numérico até o número 99 a quantidade de reuniões da CIB realizadas no 1º semestre de 2014.

__|__|.

104. Quantas reuniões descentralizadas a CIB realizou no ano de 2013?

Marque em algarismo numérico até o número 99 a quantidade de reuniões **descentralizadas** da CIB realizadas no ano de 2013.

__|__|.

105. Quais foram os temas de pactuação no 1ª semestre de 2014?

Indique quais dentre os temas elencados abaixo foram temas de pactuação na CIB no primeiro semestre de 2013.

Estratégias para a implantação, a operacionalização e o aprimoramento da Proteção Social Básica

Marque essa opção caso tenham sido pactuadas na CIB estratégias para a implantação, operacionalização ou aprimoramento da Proteção Social Básica.

Estratégias para a implantação, a operacionalização e o aprimoramento da Proteção Social Especial

Marque essa opção caso tenham sido pactuadas na CIB estratégias para a implantação, operacionalização ou aprimoramento da Proteção Social Especial.

Instrumentos de regulamentação do SUAS

Marque essa opção caso tenham sido pactuados na CIB os instrumentos de regulamentação do SUAS.

CrITÉrios de partilha e procedimentos de transferência de recursos

Marque essa opção caso tenham sido pactuados na CIB critérios de partilha e procedimentos de transferência de recursos.

Planos de Providência e planos de apoio

Marque essa opção caso tenham sido pactuados na CIB os Planos de Providência para a adequação de aspectos relacionados à gestão e serviços socioassistenciais e os planos de apoio.

Reestruturação dos serviços socioassistenciais de caráter regional

Marque essa opção caso tenham sido pactuada na CIB a reestruturação dos serviços socioassistenciais de caráter regional.

Plano Estadual de Capacitação

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB o Plano Estadual de Capacitação.

Prioridades e metas estaduais do Pacto de Aprimoramento da gestão municipal do SUAS

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB as prioridades e metas estaduais do Pacto de Aprimoramento da gestão municipal do SUAS.

Regionalização do PAEFI

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB a regionalização do PAEFI.

Regionalização dos Serviços de Acolhimento

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB a regionalização dos Serviços de Acolhimento.

Plano Estadual de Apoio Técnico aos Municípios para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB o Plano Estadual de Apoio Técnico aos Municípios para o alcance das metas do Pacto de Desenvolvimento do SUAS.

Apoio Técnico para adequação dos CRAS conforme Resolução CIT nº 21/2013

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB o Apoio Técnico para adequação dos CRAS conforme Resolução CIT nº 21/2013.

Outras. Quais? _____

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB outro tema que não tenha sido elencado acima, e informe qual o tema pactuado.

BLOCO 13 – RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Identificação do agente responsável, no órgão gestor da Assistência Social, pelas informações declaradas neste formulário:

Nome Legível: _____

CPF: _____

Data: ___ / ___ / _____

Cargo/Função: _____
Telefone: (____) _____ Email: _____

Identificação do representante da Vigilância Socioassistencial:

Não há representante da Vigilância designado no estado (*finalizar o questionário*)

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

Telefone: (____) _____ Email: _____

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado na Secretaria de Estado de Assistência Social (ou congêneres).